



# Portugal Colonial

REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL

DIRECTOR  
**HENRIQUE GALVÃO**  
 SECRETÁRIO DA REDACÇÃO  
**F. ALVES DE AZEVEDO**  
 ADMINISTRADOR E EDITOR  
**ANTÓNIO P. MURALHA**

SEDE  
**RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º**  
 End. Telefónica: MINERVA  
 Telefone 24253  
 PROPRIEDADE DA EMPRESA  
**PORTUGAL COLONIAL**

PREÇO AVULSO  
 Metrópole..... 3\$00  
 Colónias..... 4\$00  
 (ASSINATURAS)  
 Metrópole (6 meses)... 18\$00  
 Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO  
 OTTOSGRAFICA LIMITADA  
 Conde Barão, 50 — LISBOA

**NÚMERO 57**

## SUMÁRIO



ANGOLA—O PASSADO E O PRESENTE DA COLÓNIA	<i>Henrique Galvão</i>
A OBRA COLONIAL PORTUGUESA—O ALVOROCER	<i>Nunes dos Santos</i>
PORTUGAL CAMPEÃO NA ASSISTÊNCIA AO INDÍGENA	<i>Alves de Azevedo</i>
UMA CARTA.....	<i>Marcolino Martins Costa</i>
PÁGINA LITERÁRIA—«O CABO DOS MASTROS»...	<i>Berta Leite</i>
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE.....	<i>Alexandre Lessone e ***</i>
CRÓNICA DO MÊS.....	<i>H. G.</i>
NOTAS DO MÊS.....	***
BIBLIOGRAFIA.....	***
INFORMAÇÕES, ETC.....	***
ESTATÍSTICA.....	***

PORTUGAL COLONIAL

# ANGOLA

## O PASSADO E O PRESENTE DA COLÓNIA

CONFERÊNCIA REALIZADA NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA  
EM 29 DE OUTUBRO DE 1935

PELO CAPITÃO HENRIQUE GALVÃO

**N**ESTA série tão interessante de conferências, organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa, coube-me a honra e o prazer de falar de Angola —de vos apresentar Angola, conforme o propósito dos organizadores.

Dá-se porém a circunstância de eu ter previsto que a maioria de V. Ex.<sup>as</sup>, senão a quasi totalidade, já conhece Angola de vista ou através de outras apresentações, decerto mais completas, mais brilhantes, do que a que eu lhes poderia fazer. E a previsão resultou duma observação elementar: Tenho notado que, salvas as excepções que se referem aos casos especiais, o público destas conferências é sempre mais ou menos o mesmo —e sempre mais ou menos constituído por pessoas cujo conhecimento acerca das cousas coloniais está muito acima da craveira daquelas a quem mais importaria conquistar e convencer.

Nestas condições arriscava-me seriamente a cair na mesma situação de certas pessoas que apresentam outras e ouvem dizer com um sorriso enjoado: Já tinha a honra de conhecer! Quere dizer: roubaria uma hora ao precioso tempo de V. Ex.<sup>as</sup> para lhes falar sobre um assunto acerca do qual conhecem, com muitas probabilidades, tôdas as versões possíveis.

E daí resultou que me permiti alterar um pouco a orientação proposta, para em vez de conduzir V. Ex.<sup>as</sup> através duma monografia de Angola, na sua vida cinco vezes secular, dando-vos uma conferência descritiva de períodos arrancados à sabedoria dos com-

pêndios —procurar antes uma interpretação do conjunto de caracteres históricos, físicos, políticos, sociais e morais que constituem a fisionomia de Angola.

Desta forma julgo corresponder igualmente ao patriótico intuito dos organizadores desta série de conferências, às necessidades de propaganda de Angola e à natural curiosidade daqueles, que entre V. Ex.<sup>as</sup>, se propuseram fazer comigo esta primeira viagem à nossa magnífica colónia da Costa Ocidental.



Angola foi descoberta no período 1482-1486, quando a política de Portugal se orientava para a formação do primeiro império, sob o génio forte e realizador de D. João II. Angola, como aliás tôda a costa de África já descoberta, apareceu, por consequência, entre os bens da soberania portuguesa como mais um trço aberto na magnífica estrada que devia conduzir às Índias.

E depois da descoberta do litoral onde, semelhantemente ao que sucedera em tôda a Costa, e mais caracteristicamente na Guiné, o estabelecimento dos portugueses se fez por meio de feitorias-fortalezas, só em 1575 começou verdadeiramente a obra de conquista e povoamento da colónia.

Quere dizer: A descoberta coincide com o erguer do primeiro império —êsse portentoso império das Índias, onde o espírito de expansão da raça atinge culminâncias de epopeia —e a conquista e povoamento são já

da época em que principia a aluir a obra inacabada de Almeida e Albuquerque.

Estava-se então, por assim dizer, na esteria do segundo império: esse Brasil onde ia refazer-se e ganhar novos alentos a ânsia imperial de D. João II.

Esta observação é importante para compreender, não só a história de Angola como alguns dos acontecimentos políticos e económicos que, no nosso tempo, parecem surpreender muita gente.

Angola—porque a ideia dum império africano em que naturalmente a sua posição e riqueza teriam papéis a representar muito diferentes daqueles que o destino lhe reservou, é muito recente—não constituiu de princípio nem ao depois, o objectivo duma política ultramarina—mas simplesmente um elemento ao seu serviço. Serve primeiro de base viajeira para a descoberta do caminho marítimo para a Índia—e serve mais tarde para fornecer à colonização do Brasil a copiosa mão de obra a que este deve o seu desenvolvimento económico.

Os factos do primeiro estabelecimento—e inclusivamente as relações políticas entabuladas com o rei do Congo—os factos da conquista e do povoamento, são expressões concretas dum esforço que tendo embora aproveitado a outros fins, tiveram como razões políticas dominantes a descoberta da Índia ou a colonização do Brasil.

Na primeira figura como um elemento geográfico—na segunda como factor económico tão rijamente ligado à estrutura económica do Brasil que foram os portugueses da América do Sul quem em 1648 reconquistou Angola aos holandeses. Já nesse tempo—apenas sessenta e sete anos passados sobre o desembarque de Paulo Dias de Novais em Luanda—o Brasil tinha em Angola, por via da mão de obra que esta lhe fornecia, uma aliada indispensável.

Este é quanto a mim o traço característico da fisionomia histórica de Angola: Durante os largos anos que decorreram desde a descoberta à abolição da escravatura, Angola não beneficiou duma política definida que lhe dissesse respeito e cujo fim fôsse a sua valorização como parcela do império português. Apenas serviu uma política que se fixou noutros continentes e movida por um pensamento dentro do qual a sua acção foi encarada como puramente subsidiária.

No todo económico português, se houvesse

que definir Angola, conforme a expressão real e característica da sua acção no conjunto, dir-se-ia: pôsto de etapas na estrada das Índias até ao reinado de D. João III; fornecedora da mão de obra para a exploração sacarina do Brasil nos séculos seguintes.

É certo que logo desde o primeiro estabelecimento, na vizinhança protectora das fortalezas, que realizavam na ordem prática a senhoría assinalada pelos padrões e conforme um sistema português, se criaram feitorías que rapidamente se transformavam em pequenos centros de expansão comercial—mas não é menos certo que essas feitorías ou tinham como base do seu negócio o recrutamento da mão de obra ou eram dependências da organização comercial que se ligava às Índias.

Desta forma nunca, durante os séculos XV a XIX foi atribuída a Angola, pelos governos da Nação, a importância política e económica que naturalmente deveria corresponder às vastas possibilidades que o seu solo, a sua situação geográfica, o seu mar e a sua população ofereciam.

Esta circunstância é determinante na vida de Angola: vida irregular, ora guindada aos pináculos da fortuna, ora mergulhada em pavores de crise—umas vezes caminhando segundo directrizes definidas, porque o espírito mais esclarecido dum Governador a descobria na plenitude exuberante de todas as suas virtudes, outras vezes zig-zagueando, sem directrizes nem orientação, porque outro Governador, menos dedicado ou menos competente, trazia consigo o despreendimento que constituía regra na Metrópole acerca do caso especial de Angola.

Emquanto em Portugal teve a força dos grandes pensamentos nacionais a expansão além-mar todas as energias oficiais se concentravam na formação de dois impérios: O império da Índia—e depois o Império Sul Americano, o Brasil. Tudo o mais eram bases ao serviço destas jóias de proveito e glória, de grandeza material e de espiritualidade nacional. Ninguém olhava com vistas políticas—sobretudo depois que os olhos de D. João II deixaram de ver—para outras terras que não fôsem as Índias encantadas e o Brasil, esses Eldorados onde a riqueza era mais certa do que a viagem.

Quando ruíu o Império das Índias, ganhavam forma e vulto as tentações do Brasil.

E quando, depois da independência do Brasil, seria de esperar que uma tradição im-

perialista em matéria ultramarina nos conduziu à esteria do império africano, tinha-se quebrado a continuidade do nosso esforço colonizador e andava o país em decadência, ébrio de política, míope, espiritualmente reduzido a fronteiras tão limitadas que, em muitos casos, não iam além do Terreiro do Paço.

E assim decorrem séculos da História de Angola.

Despercebida da política da Nação quando essa política se concentrava exclusivamente em objectivos diferentes—continuou a passar despercebida quando a Nação, sem as Índias e sem o Brasil, deixou de ter uma política ultramarina.

Angola foi assim durante largos anos a gata borralheira das nossas ânsias e virtudes de país colonizador.

Esta é, segundo creio, a fisionomia da História de Angola vista através dos factos mais característicos da nossa política ultramarina em cinco séculos de colonização.

E não há que dividi-la nos períodos que me foram propostos—pois é assim desde a descoberta até 1580, continua assim durante os sessenta anos da dominação filipina e depois, desde 1640 até quasi aos nossos dias—nossos de todos aqueles que têm menos de cinquenta anos.

Mas não seria justo nem verdadeiro encarar a história de Angola, procurando uma definição precisa do carácter da colónia, simplesmente através dos factos políticos duma política que nunca se interessou grandemente por Angola.

Se este exame nos permite explicar fenómenos e até a índole tão especial deste grande bocado de Portugal—não consente de forma alguma um conhecimento histórico verdadeiro sobre a colónia que é, em contradição com o que se pode supor depois do que acabo de dizer, a mais portuguesa de todas as colónias portuguesas.

Passo a explicar o que neste momento está parecendo a V. Ex.<sup>as</sup> certamente muito confuso.

Em Portugal, como em todos os países de unidade nacional, uma cousa é a política dos Governos, outra cousa é o sentimento da Nação. Pode acontecer que entre uma e outra—e isso deu-se por vezes em períodos áureos da nossa história—haja uma conformidade perfeita. E pode acontecer também que ou a política do Governo está em desconformidade com o sentimento da Nação ou que

aquela está, pelo menos, fixada dentro de limites mais estreitos do que os que este alcança.

Foi este último caso que se deu durante os séculos XV a XVIII. A expansão ultramarina era ao mesmo tempo uma idea dominante dos reis e homens de governo e um sentimento profundamente enraizado na alma da Nação. Mas enquanto os primeiros a reduziam a directrizes superiores com objectivos restritos e até condicionados pela nossa pobreza demográfica, cujo esforço não era prudente dispersar—nas unidades da Nação, em cada homem, existia como uma marca de raça os sentimentos e a qualidade do verdadeiro colono.

Se a política da Nação se fixava em pontos determinados, para onde fazia convergir os melhores esforços e valores, na esperança dos melhores resultados úteis—os homens da Nação eram em qualquer parte do mundo onde o destino os lançasse unidades activas, conscientes e portuguesas de colonização.

E assim com estes homens desmembrados duma política central, quasi entregues a si próprios, se pôde fazer, à margem dessa política, uma obra que se não tem o grande sentido e o ritmo das obras superiormente dirigidas, como a que fez a glória da colonização no Brasil—tem, pelo menos a constância, o cunho português e o poder de penetração que são próprias e, digamos, específicas, na nossa colonização.

Estabelecida esta distinção é fácil explicar certos fenómenos que seriam incompreensíveis sob a soberania dum povo que foi e é mestre de colonizadores—e mais fácil ainda admirar, em verdadeira grandeza, o valor desse esforço admirável, puramente nacional, humilde e por vezes ignorado, das gerações de colonos que salvaram Angola para a trazer até nós e permitir-lhe que cumpra, enfim, o seu destino.



A obra de colonização realizada em Angola é tipicamente uma obra portuguesa—e só por isso, porque em parte alguma ela foi mais típica, Angola é a mais portuguesa de todas as nossas colónias, conforme um lugar comum cujo valor é inútil encarecer e que, embora lugar comum, é saboroso de repetir.

O seu carácter, o seu espírito e a sua forma não admitem divisões em períodos.

São iguais, permanentes regulares—e exercem-se como uma espécie de cruzada contínua, pela colaboração activa de três elementos característicos: a cruz, a espada e o tráfico. O missionário, o militar e o comerciante, agentes dum conjunto espiritual, político e económico, sem o qual não há colonização digna do alto significado que as ideias do século XIX atribuíram a esta palavra—não porque obedecessem a uma política definida que só com D. João II conheceu directrizes imperiais absolutamente precisas, mas pura e simplesmente porque eram portugueses e traziam em si, como uma tendência inata e substancial, o maravilhoso sentido da Raça no seu espírito de expansão, fizeram a obra de conquista, ocupação e colonização de Angola.

E a prova provada reside no facto que é a epopeia ultramarina a partir de 1580, quando, perdida a independência e ligada a nacionalidade a destinos políticos estranhos, o rumo de Portugal no Ultramar se mantém e resiste pelo esforço arbitrário dos portugueses de Além-Mar.

Evidentemente a obra realizada nestas condições—isto é por acção de virtudes nacionais desligadas dum política nacional—se é admirável pelo que consegue e realiza com tão escassos recursos, devia ressentir-se fatalmente da falta dum organização que, sobretudo no campo económico, se fez sentir quasi permanentemente.

Descoberto e fortificado o litoral, com uma base especialmente forte de segurança e expansão em S. Paulo de Luanda—cada um dos pontos da costa animado pela espiritualidade missionária, pelo ardor combativo da tropa e pela cubiça do comerciante, transformou-se em centro de irradiação de domínio e influência no interior.

De 1578 a 1595, com a construção dos fortes de Calumbo, Massangano e Muxima—isto é, pouco depois do desembarque de Paulo Dias de Novais—começa a conquista para o interior e uma ocupação lenta, sistemática, cuja feição se repetia no espaço e no tempo, através da dura caminhada de séculos que fez chegar Angola ao limiar do século XX.

O que foi esse esforço lento e persistente dizem-no por todas as formas as monografias que para aí andam publicadas. Importa mais conhecer a sua forma especial e os resultados sob o ponto de vista do seu carácter nacionalizador.

Lutas com a terra desconhecida, com o

clima por vezes agressivo, com o gentio cioso dum soberania de facto longamente vivida, com o esquecimento da Metrópole, com as cubiças de corsários, etc.—em todo esse esforço que se realiza e se expande até ao fim do século XIX por toda a Angola, o que surpreende é o cunho português da acção. A tal ponto que bem pode dizer-se já eram portuguesas por alguns dos seus caracteres, da sua organização, dos seus recursos e do seu adiantamento, algumas das regiões e povos que só no fim do século XIX foram definitivamente submetidas.

Mais pela acção missionária e pelas audácias da penetração comercial do que propriamente pela força das armas fez-se a conquista. E porque assim era—porque a tropa a maior parte das vezes, já encontrava a sua tarefa espantosamente facilitada por influências portuguesas anteriormente estabelecidas—o domínio do ocupador não resultava dum acção pura de força mas sim do emprêgo dos meios espirituais e económicos que podem fixar e dar eternidade a uma colonização.

O que acontecia freqüentes vezes—e era isso o que mais obrigava ao emprêgo dos meios militares—não era dar-se a resistência ao invasor que tão pacificamente se apresentava, mas sim a revolta depois da ocupação pacífica—e em regra por via de desmandos dos comerciantes ou movimentos políticos fáceis de eclodirem através das intrigas de poder e sucessão de chefes indígenas.

Uma soberania imposta desta forma precisa do tempo para se impor com estabilidade. É sempre precária nas primeiras idades.

É isso reconhece-se quando os holandeses se apossam de Luanda em 1641—facto que desencadeia automaticamente a revolta de quasi todos os potentados negros já submetidos pelos portugueses.

Todavia, a-pesar-dos seus sete anos de ocupação não conseguem os holandeses alargar a sua influência para além de Luanda nem manter, com o auxílio dos rebeldes gentios a conquista feita. A cidade é retomada, com relativa facilidade, e na reconquista intervêm negros que se mantiveram, a-pesar-de tudo, fiéis à soberania portuguesa.

Mas passado este barranco difícil que a luta com os retardatários do mar nos obrigou a transpor, a obra de conquista e ocupação prossegue com o mesmo carácter: Acção missionária catequista e civilizadora; acção

comercial animadora e reveladora de riquezas; acção militar fixadora.

Podia, nos vai-vens da fortuna, perder-se a fixação material ou o livre trânsito do comércio. Mas tinha ficado para todo o sempre, por acção duma influência penetrante sãbiamente exercida, uma marca portuguesa indelével, que não se perdia mais. Desta forma noutro vai-vem da sorte, era fácil reatar a continuidade do esforço interrompido por um esforço puramente material que encontrava estabelecido no meio a base espiritual indispensável.

Quando em 1907—por consequência há menos de trinta anos—João de Almeida foi pela primeira vez aos Dembos, para realizar o célebre e esforçado reconhecimento da região, encontrava-se esta desde há muitas dezenas de anos rebelde à soberania portuguesa. Pode mesmo dizer-se que nunca houvera uma soberania de facto, generalizada e firmemente estabelecida em toda a vasta região, apesar da proximidade em que está da capital da colónia.

No entanto o ocupador dos Dembos foi encontrar uma massa de população que falava o português, uma grande quantidade de indígenas de escol que sabiam ler e escrever, habitações construídas e mobiladas à maneira portuguesa, praticantes da religião católica, árvores de fruto da metrópole—e até um velho *soba* que exhibia um compêndio esfumado de história e sabia de cor os factos mais notáveis do reinado de D. João II.

A organização militar dos Dembos era tecida nos ensinamentos que tinham colhido na nossa. Nos seus costumes luziam costumes portugueses. A explicação do fenómeno era simples.

Houvera uma acção, uma influência intensa dos missionários de S. Salvador do Congo exercida sobre toda a região. Acompanharam-na, por vezes, os movimentos da tropa e as investidas do comércio.

Não permitiram as circunstâncias que fôsse contínua e presente a acção material de soberania exercida pela vida da fortaleza ou pela actividade do posto, pela serenidade dos povos e liberdade do comércio—mas manteve-se através da própria rebelião do gentio o efeito superior duma acção colonizadora superiormente exercida.

Desta forma se espalhou, como mancha avassaladora de óleo em tecido de qualidade uma influência portuguesa, que seguida pela

ocupação militar e administrativa veio a alcançar todo o território da colónia no fim do século XIX.

Exercida primeiro em volta das fortalezas e feitorias, talhando depois do litoral para o interior do norte, centro e sul, três grandes linhas de penetração comercial, através dum esforço persistente, sempre igual a si próprio, sempre brotando da iniciativa viril e inquieta dos colonos, acabou por se transformar numa ocupação completa e definitiva cujas características fundamentais são a densidade de influência, a nacionalização e os êxitos da sua política indígena.

Realmente enquanto nas colónias vizinhas mais prósperas nós encontramos uma ocupação, aliás brilhante, mas localizada nos centros estratégicos de economia, como se a obra de colonização fôsse pura e simplesmente, como nos tempos de outrora, uma acção puramente económica de exploração comercial e industrial—em Angola observamos uma ocupação densa que foi a todos os pontos do território e que mesmo, nesta época tão intensamente económica ainda conserva os elementos e o carácter duma colonização integral.

A nacionalização do território—essa outra característica fundamental—é palpitante em Angola. Dir-se-ia que até nos próprios caracteres físicos o meio metropolitano se reproduz.

Quem não encontrou na paisagem suave da Humpata motivos imediatos de comparação com risonhos campos portugueses; quem não se lembrou em Mossâmedes de certas vilas alentejanas e algarvias; quem não se surpreendeu em Malange por se sentir transportado a vistas conhecidas de Portugal.

E talvez porque o meio se prestava e as circunstâncias mesológicas são determinantes, certamente porque a índole especial dos colonos se caracterizou por um feitio ferrenho de fixação—o que é indiscutível é que em Angola, de norte a sul, nós vemos constantemente nos homens, nos costumes, nos fenómenos, no meio enfim, a imagem clara de Portugal nas suas virtudes e nos seus defeitos.

Tenho encontrado frequentes vezes em Angola, pessoas que me parecem antigas na colónia pelo à vontade com que se apresentam, pelas maneiras peculiares aos indivíduos que pertencem a um meio, e até por essa tranquilidade sem surpresas de quem não encontra razão para se surpreender,—e que afinal, vim

a saber, desembarcaram na colónia na véspera ou uns dias antes.

Sentem-se em sua casa. Estão imediatamente à vontade.

Este fenómeno não se observa em qualquer outra colónia portuguesa.

Finalmente o êxito na política indígena, comum a tôdas as colónias, não podia deixar de ser também em Angola uma característica notável de uma obra colonizadora.

Quem atravessar a colónia em tôdas as direcções—vá onde fôr, só ou acompanhado, armado ou inerte, de noite ou de dia, gosando a magnífica tranquilidade de tôdas as regiões, verificando o ar pacífico e por vezes hospitaleiro dos seus povos—não acredita facilmente nas revoltas, nas lutas cruentas, nas dificuldades que ainda há pouco mais de 20 anos encontramos perante os naturais.

Não é uma frase nem um motivo de retórica olimista dizer que fizemos dêsses povos indígenas—uma população portuguesa ligada aos destinos portugueses.

E êste triunfo é ainda pertença de virtudes de colonos e da acção missionária—isto é: é um triunfo nitidamente português, com a marca inconfundível dos processos de Portugal colonizador.

Compreende-se desta forma e explica-se a notável capacidade de sofrimento dos colonos de Angola, o seu amor especial pela colónia onde vivem, a sua sensibilidade perante os perigos nacionais: Habituarão-se durante séculos às agruras do desamparo e, por outro lado, ligaram-se de tal forma, através de muitas gerações, à obra que realizaram, com a certeza de que lhes pertence, que o seu amor à terra tem todo o valor e tôda a riqueza dos sentimentos herdados através de séculos.

Um observador das cousas de Angola que atravessou a Colónia em desenfasiado passeio dizia-me um dia: «Se houvesse uma revolta nesta colónia, movida pelos colonos, não era precisa tropa para a debelar. Chegava um bom orador, romântico, sentimental, que falasse de Portugal aos colonos. E todos se abraçariam com lágrimas nos olhos».

Nesta «bontade» há um grande fundo de verdade!



E assim chegámos, minhas senhoras e meus senhores, até ao Presente de Angola.

Tentei, nesta digressão pelo Passado fugir

quanto possível à enumeração fria dos factos, tais como os sejam os compêndios de história.

Nem sequer me referi, até agora, ao nome de Diogo Cão, às pedras de Pungo-Andugo, a Salvador Corrêa de Sá. Preferi, não sei se com razão, interpretar Angola em lugar de vos mostrar Angola.

O assunto que me foi proposto não cabe facilmente numa conferência—nem mesmo numa série de conferências. E assim, na impossibilidade material de vos apresentar os elementos completos que vos permitissem conhecer, julguei mais eficaz fornecer-vos a explicação que vos permitisse compreender.

O processo tem ainda uma vantagem: dá largos pretextos de discussão e discordância a todos aqueles a quem faz mal à saúde não encontrar um pretexto para discordarem—o que não sucederia se me tenho limitado a repeter o que todos sabemos ou julgamos saber depois da intimidade com as páginas que lêmos.

Mas não vale a pena perder tempo a explicar uma explicação. Entremos directamente no Presente da Colónia—considerando Presente o período dos últimos cincoenta anos, os seus acontecimentos e a massa de idéas e pensamentos que no nosso tempo pretendem talhar o futuro de Angola.

O facto político mais notável dos últimos cincoenta anos, quanto a mim, é o da integração de Angola numa política imperial portuguesa—isto é, a sua inclusão como elemento de primeira grandeza no pensamento do terceiro império. É um facto que diz respeito a tôdas as colónias e que eu considero, por motivo do assunto que aqui me traz, apenas nos aspectos que se referem a Angola.

Depois de quasi cinco séculos de desamparo político, Angola é, finalmente, considerada no conjunto nacional como ponto incidente duma política—e posta no caminho do seu destino.

Reatada a tradição da nossa política ultramarina e libertos da idea opressora de que somos um país pequeno, o pensamento português ressurgiu, como não podia deixar de ser, na forma imperial: É desta vez o Império Africano base e campo de acção dos nossos verdadeiros destinos.

Pode êste facto, que eu considero o mais importante dos últimos cincoenta anos, e que se determina pela publicação do Acto Colonial, nesta época em que vivemos e em que

os estômagos impõem raciocínios e sentimentos especiais — parecer-nos banal ou correr despercebido entre a massa por vezes confusa de medidas que são próprias dos tempos de crise. Mas se o considerarmos, não no curto período da vida duma geração, mas no desenvolvimento da vida dum país, êle aparecerá no esplendor de tôda a sua importância. E o futuro, mais calmo e mais justiceiro que o presente, não duvidará em classificá-lo ao lado de certos factos políticos que no tempo de D. João III—o rei colonizador por excelência—deram a forma donde saíu o segundo império: O Brasil.

O Acto Colonial marcou, por consequência, na vida da colónia o ponto de coincidência entre uma política definida da Nação e as virtudes eternas dos colonos de Angola.

E nem as dificuldades tremendas dum período de crise mundial—nas ordens económica e política—que não têm consentido a êste facto de transcendente importância o seu natural desenvolvimento, podem diminuir-lhe o valor e a extensa projecção que terá no futuro.

A obra do presente tem portanto no seu aspecto superior e doutrinário esta característica: definição da idea do terceiro império; ajustamento do esforço dos colonos ao sentido da politica nacional. Está assim traçado um rumo que Angola pela primeira vez conhece e estabelecido para uma acção progressiva um objectivo definido, de espirito e forma, eminentemente nacionais.

A êste facto a que, repito, attribuo uma importância incalculável para o futuro de Angola, deverão, evidentemente, corresponder, em série esforçada, os factos consequentes, a forma realizadora, a feição prática—aquele conjunto de fenómenos e acções que, para serem dignos das idéas donde provêm se têm que elevar à altura delas.

Angola espera-os num momento da sua vida particularmente difícil, mas com todos os elementos morais, espirituais e económicos necessários à formação duma grande colónia: moral e espiritualmente uma população branca profundamente portuguesa, de índole e sentimentos portugueses, capaz de todos os esforços e unida por todos os sacrificios—e uma população indígena pacificada e já pacífica, intimamente ligada à massa colonizadora. Económicamente um vasto campo de realizações, pronto a entregar-se, a produzir, a desentranhar-se em riqueza.

Simplesmente há que compreender na amargurada história de Angola a necessidade duma renovação total de processos—os processos que naturalmente devem resultar de doutrinas, de preceitos—duma politica enfim—que depois de tantos séculos descobriu Angola.

Pela diversidade climatológica, etnográfica, agrária, mineralógica, hidrogr. fica, florestal—enfim, pela diversidade dos seus elementos geográficos e de produção, Angola pode corresponder generosamente a todos os capítulos dum grande sonho colonizador, na ordem económica como na ordem moral.

Dotada de regiões magníficas e extensas para a fixação do europeu, produzindo abundantemente nas terras baixas todos os productos ricos das zonas tropicais, banhada por um mar especialmente generoso em espécies piscícolas, possuidora dum sub-sólo prometedor, regada por um sistema hidrográfico que é dos mais completos em colónias africanas, susceptível de tôdas as formas de exploração agrícola e pecuária, dispondo de mão de obra que pode considerar-se abundante, a-pesar-da opinião de alguns pessimistas demasiadamente estatísticos, admirável como país de turismo pela exuberância de belezas naturais e variedade da fama—Angola, enfim, é por todos os títulos a jóia das províncias portuguesas de além-mar.

Uma obra de cincoenta anos, à qual faltou ritmo, precisão—e muitas vezes bom senso administrativo—mas que foi esforçada e persistente como é característico das realizações em Angola, deu-lhe um sistema de comunicação perfeita, uma ocupação administrativa extensa, o conhecimento do território e a instalação de núcleos preciosos como pontos de partida e de irradiação para a grande obra que há a fazer.

Mas perguntarão V. Ex.<sup>as</sup> decerto surpreendidos por alguma coisa que sentem faltar nas idéas que estou expondo e nas considerações que estou fazendo: Mas que obra é essa? Quais são as suas directrizes? Qual o seu pensamento? Qual é concretamente a sua fisionomia?

E decerto não vão esperar que no pouco que me resta eu possa desenvolver assunto tão vasto. A êle voltarei, possivelmente noutra conferência, mais objectiva e de assunto mais praticamente presente. Por agora apenas algumas palavras breves que não pretendem ser idéas—mas sim ligeiros esclarecimentos de informador.

Desde há muitos anos que oiço definir, através de varios estilos, a situação de Angola. Vem um e diz: O problema de Angola é um problema financeiro. Acode outro e proclama: O problema de Angola é um problema de produção. Os mais comodistas afirmam: É apenas um problema político.

Os mais ardentes asseveram: É antes um caso de povoamento, de colonização branca. E ficam ainda uns tantos com umas tantas opiniões diferentes.

Ora em boa verdade todos parecem ter razão, porque todos têm uma parte de razão, sem que o facto ajude a sair Angola das suas dificuldades.

Mas o problema de Angola não é exactamente nenhum dos problemas enunciados porque é, como de resto salta aos olhos, um problema de conjunção e equilíbrio de todos estes problemas. É quem o encarar apenas segundo um aspecto parcelar, como tantas vezes tem sucedido durante os últimos cincoenta anos, a-pesar-de tóda a inteligência e actividade que dispender em busca de soluções erra e talha mais uma ferida sangrenta na carne martirizada de Angola.

Por vezes, concordo, é difícil ver claro por via desta tendência que temos em localizar males que são gerais ou reduzir a fórmulas restrictas ideas que são extensas. Para o comerciante o problema é sempre de crédito; para o agricultor é uma questão de mão de obra, de crédito e dos trabalhos de fomento que lhe interessam; para o funcionário tudo se remediaria com mais alguns decretos—enfim, nesta mar alto de razões parcelares é difícil, por vezes, ver a boa razão, sobretudo quando cada uma das incompletas, como agora sucede, é excitada pelo desespero atrabiliário da crise.

Mas nem por isso a boa razão deixa de existir.

E como Angola existe também e como tudo que promete não é miragem de optimistas, a boa razão há de encontrar finalmente o seu campo adequado de aplicação.

E então veremos um problema político, um problema moral, um problema económico caminhando a par, perfeitamente postos e definidos e que pedem para se resolver talvez muito menos do que se tem reclamado—e talvez muito diferente diferente do que se tem proposto.

Ver-se-há que, conforme os caracteres da colónia e da época, o bom senso prático de-

saconselha tão vigorosamente os grandes planos rápidos de valorização animados pela potência dos grandes capitais—planos que constituíram o figurino de Albert Sarrant—como desaconselha a estagnação, ou a actividade burocrática em volta de problemas isolados.

Ver-se-há que a colonização de Angola não deve nem pode ser orientada com base em grandes organizações capitalistas anónimas—mas sim pela acção do pequeno capital e do pequeno colono.

Ver-se-há quantas ideas falsas têm deslumbrado os homens em matéria de povoamento europeu.

Ver-se-á que as novas circunstâncias políticas e económicas envelhecaram doutrinas do século passado e muitos preconceitos que fizeram a glória de Leroy Beaulieu.

Ver-se-há, enfim, que tudo se resume—embora a tarefa não seja fácil—em reanimar energias cujo valor é incalculável e pôr à sua disposição, com prudência mas também com coragem, com estudo mas também com o sentido prático das coisas, reflectidamente mas também com o ânimo de agir—os elementos necessários e ao alcance da capacidade do país.

Para isso há muito que aprender e que seguir na obra feita na Metrópole—nos últimos dez anos—e se seguir realmente esta esteira, compreendidos os condicionalismos locais e respeitada a integridade do sistema cujo exemplo se perfilha—Angola terá realmente entrado no rumo dos seus destinos, no rumo do Império, tão praticamente, quanto praticamente o entrou já na ordem puramente política.



Mas eu não posso nem devo, minhas senhoras e meus senhores, ir além do meu objectivo: Dar-vos uma impressão sobre Angola de ontem e Angola de hoje—tão exacta quanto possível, através duma exposição de que julgo serem os seus caracteres essenciais.

Não vá ninguém supor que, a propósito de considerações tendentes a robustecer um sentimento colonial perante as ameaças dos novos imperialismos europeus—eu me proponho também salvar Angola... no momento em que Angola se não salva com palavras.

Pretendi apenas demonstrar que a nossa magnífica colónia, tão portuguesa na terra, na gente e no espírito, nos pertence de tal forma

# A obra colonial portuguesa

## O ALVORECER

POR NUNES DOS SANTOS

*Aluno da E. S. G.*

**D**IVERSAS são as formas por que a humanidade aceita a seqüência rígida dos factos e acontecimentos que constituem a via dolorosa da sua passagem pela Terra.

Para uns—em geral os prosélitos das religiões inferiores—a lei avassaladora do Universo não é mais do que o cumprimento rigoroso dos ditames do destino, a *mise-en-scène* que um teimoso fatalismo atribue sempre ao poder, ignorado mas sentido, do supremo ordenador.

Para outros—e nesse campo está a imensa maioria dos povos civilizados—a vida é apenas o efeito natural e dificilmente mutável, do poder de Deus, da influência consciente, sábia e protectora, do Supremo Pai dos povos, actuando, não como déspota indiferente às misérias do mundo, mas como irmão, como tutor, como conselheiro dos rebanhos tresloucados.

Finalmente, há ainda quem admita que a vida, na sua existência complexa, resulta ape-

nas da vontade do homem e do poder incontestável do seu intellecto, considerando assim o rei da criação mais efeito do que causa, mais mandante do que mandado, o que, em boa verdade, não resiste ao embate suave de uma crítica ligeira.

Na prática—e bem grande é o campo de experiências que ela nos oferece—o que se verifica é que a existência humana resulta, não de uma fonte apenas, mas de um conjunto de circunstâncias que pairam muito acima da relativa exiqüidade dos nossos conhecimentos.

Da poisada incerta do sobrenatural, até nós, encontra-se um mundo de condições que nos são estranhas, mas que, todavia, em nós influem por maneiras bem diversas e notórias.

E assim, admitindo muito embora a origem divina da vida, o nosso espírito, pequeno talvez para apreender a subtil essência do Eterno, do Divino, do Sobrehumano, é fatalmente conduzido a procurar derivativos que de alguma forma o compensem da quási ignorância em

---

que o seu território é tão sagrado como o de qualquer província metropolitana.

Talvez porque sou mais optimista que a maioria, talvez ainda porque creio firmemente na força que provém de certos estados espirituais dos povos e certamente porque as próprias realidades do momento internacional estão demonstrando quanto valem o sentimento da independência e os bríos de soberaniados povos que nasceram livres e senhores dos seus destinos—eu não acredito no poder das ameaças que de vez em quando nos surpreendem, desde que Portugal mostra querer ressurgir e se pode apontar como exemplo entre a desordem e a desagregação do mundo.

Mas estou certo que se tais ameaças ganhassem um dia forma mais concreta—Portugal responderia por Angola, não só com a sua vontade inflexível de não se diminuir (o que bastava) mas também em cinco séculos de sangue, de sacrificios, de resultados admiráveis que são na História da Colonização Mundial páginas onde qualquer povo colonizador tem que aprender.

Estas são as razões que bastam para defender Angola.

Armemo-nos agora—e quanto antes—com o pensamento, a acção e a firme vontade de a conduzir aos seus destinos.

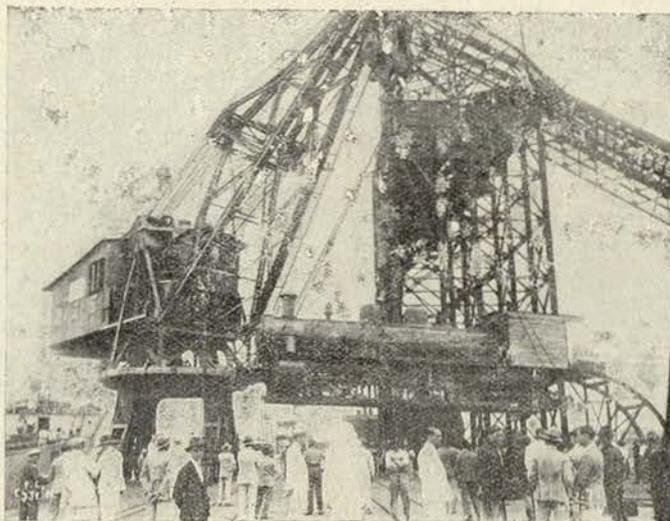
Tenho dito.

---

## MOÇAMBIQUE

Pôrto e Caminho de  
Ferro de Lourenço  
Marques

---



---

Desembarque de uma  
locomotiva com o peso  
de 58 toneladas

---

---

que vegeta! Longe estamos ainda do tempo em que, abertas de par em par as portadas do Universo desconhecido, ao homem seja dada a faculdade de perscrutar os porquês de tudo que o rodeia e as suas origens, sem cair em absurdos evidentes.

Estulto seria, por exemplo, negar valor à escola darwinista; mas, se o próprio criador da doutrina se sentiu impotente para a conduzir aos primórdios da criação, que faremos nós, simples estudiosos?

E se, por um raciocínio deductivo, passarmos da generalidade ao particular, a nossa fraqueza não diminue.

¿ Com efeito, como explicar, por exemplo, as trajectórias diferentes dos variados núcleos que povoam a terra?

A explicação total não é, evidentemente, possível. Se a História, a Sociologia e tantas outras ciências nos permitem reconstruir, até certo ponto, os elos da cadeia que nos prende à origem, outras circunstâncias concorrem para obstruir o caminho, aliás ainda longo, que nessa operação retrospectiva nos falta percorrer. E é então que surge, em tôda a sua imperiosa evidência, o poder Divino, supremo critério a orientar a arrumação do gigantesco lar humano.

Entretanto, e a-pesar-da extrema dificuldade da empresa, o homem não se cansa de investigar, de estudar, de buscar compreender

a razão por que caminha desta forma e não daquela. E assim, trilhando mais uma vez tal via sinuosa, vamos procurar evidenciar certos factos da nossa vida social de há 500 anos, na certeza de que esse exame do passado não será descabido no momento sombrio que a causa colonial agora atravessa.

De entre os povos que no decorrer dos séculos se fixaram à Terra, constituindo blocos mais ou menos homogêneos, Portugal é, sem dúvida, um dos mais curiosos, não só pela celeridade da sua consolidação interna, mas ainda e sobretudo, pela influência que soube espalhar através do orbe. Desde o alvorecer da nacionalidade, o nosso país caminhou sempre na vanguarda da civilização nascente, como se um sôpro de poder sobrenatural o empurrasse, para glória sua e proveito da humanidade.

Do seio lusitano nasceu, nos tempos históricos, a verdadeira colonização, metódica, cuidada, aspirando ao bem-estar dos povos dominados e assentando, em bases sólidas, as regras que ora constituem os elementos primários e essenciais de um dos mais complexos ramos do saber humano.

Mas, pergunta-se: ¿ porque foi Portugal e não qualquer outro país, o iniciador da temerosa e nobilitante campanha colonial?

Três ou, melhor, quatro, são os factores a apontar como causas do movimento expansionista, factores que por vezes se confundem,

ao sabor das tendências da época e da rota seguida no caminho da ocupação.

Antepondo-se aos demais e funcionando por vezes como um filtro através do qual estes iam passando, surge-nos o carácter do povo português, dado à aventura, embalado pelo desejo ardente de penetrar o desconhecido.

Com efeito, outros povos conhecemos, colocados em circunstâncias idênticas às nossas e que, a-pesar-de tudo, não quiseram ou souberam encetar a estrada esplendorosa dos descobrimentos. É que, desde os mais remotos tempos da vida da península que habitamos, até ao alvorecer da lusa nacionalidade, os povos aborígenes sentiram a acção enervante das correntes migratórias, que, ou lhes roubavam terreno, ou lhes levavam inúmeros braços trabalhadores. Mesmo depois do estabelecimento inicial do pequeno condado que nos serviu de berço, o alargamento da área portuguesa foi-se fazendo por sucessivas migrações, a que a conquista pelas armas dava invariavelmente lugar. E assim, de geração em geração, a nossa gente foi-se habituando ao fluxo e refluxo da corrente humana, deixou-se embalar pelo canto celestial de prometedores mundos desconhecidos e sentiu, alfin, que asfixiava dentro do acanhado torrão que a arrumação do mundo lhe destinara, no canto ocidental da Europa.

Impulsivo, temerário, aventureiro e um pouco ambicioso, o português não hesitou em profanar os mistérios do lençol imenso que a natureza lhe dera por vizinho; e enveredou por êle.

Todavia, ocioso será afirmar que nem só de desejo expansionista se muniram os lusos navegadores; vigoravam já nessas eras longínquas os princípios rudimentares da economia, ciência que, por desconhecida, não deixava entretanto de presidir a todos os actos da vida social. E surge-nos assim o factor económico, não como causa primária, mas apenas como alvo remoto a atingir depois dos primeiros trabalhos. Compreende-se, de resto, que nem os escassos conhecimentos da época, nem a incerteza dos resultados das viagens, permitissem a arquitectura de planos comerciais.

Entretanto, mal andaríamos se excluíssemos completamente êsse factor, do conjunto de circunstâncias que presidiram à política dos descobrimentos. Em todos os lugares e em tôdas as épocas—diz-nos a moderna ciên-

cia—o grau de adiantamento económico influíu sempre, por forma bem sensível, nos destinos dos homens e dos povos. A abastança é, incontestavelmente, uma das bases essenciais aos vãos do espirito. Ora, na época em que teve início a acção dos navegadores portugueses, o nosso País encontrava-se em franca prosperidade, dispondo de gente, de material e de uma vontade forte, que obstáculo algum conseguiria aniquilar. Corriam lendas e boatos descontraídos acerca da riqueza do Oriente, cujo comércio ia passando das mãos de Veneza para as dos mussulmanos e natural é, portanto, que Portugal pretendesse, simultaneamente, conquistar o exclusivo dêsse comércio e limitar, tanto quanto possível, a natural expansão dos islamitas no Ocidente.

Mas se a causa anterior não foi, como dissemos, a alavanca potente que lançou ao mar os castelos alterosos das nossas caravelas, o mesmo não se pode dizer a respeito da religiosidade, essa sim a verdadeira mola real da obra humanitária que, através dos séculos, Portugal tem vindo a desenvolver. Navegava-se então num mar revolto de crenças, a tudo presidia o perfil misericordioso da cruz latina, a todos importava o desejo de ampliar o grémio dos povos cristãos. Desde os campos de Ourique, ou mesmo antes, os portugueses vinham seguindo o caminho da fé, juntando o lucro decorrente da conquista de territórios, à alegria de submeter mais alguns milhares de almas profanas. Os quatro braços da Cruz de Cristo, em volta dos quais appareceu a legenda que encerrava um mundo de promessas e de glórias, passaram a ser, de então para cá, a rosa dos ventos que a portugueses serviu de guia fiel. No norte, no sul, no oriente e no poente, de velas enfunadas, corações erguidos ao céu e a cruz a bailar no tope dos mastros, o povo lusitano procurou sempre honrar o nome legado em Ourique.

E assim, não é difícil, observando atentamente os nossos primeiros passos, verificar que a espada portuguesa se dirigiu de preferência aos infiéis, só abandonando temporariamente êsse caminho, para ir em busca de novas terras, onde a cruzada da Fé continuava.

Evidentemente, à medida que o poderio de Portugal se ia firmando, cimentado quási sempre na linha varonil de sólidas fortalezas, apoderava-se por vezes dos novos ocupantes o desejo de conhecer a parte material da em-

prêsa, estabelecendo o comércio, criando a vida da comunidade e procurando levar o povo submetido ao convívio directo e proveitoso do dominador. Mas, ainda neste caso, a cruz mantinha-se erguida, quer gritando altivamente nos estandartes, bandeiras, fardas e escudos dos guerreiros, quer murmurando palavras de amor e carinho, de fé e compaixão, levada aos ignorantes, pelo braço ternamente forte dos Missionários.

Na África, na Ásia, na América, em toda a parte, emfim, a igreja aparece sempre, como perscrutora da ocupação portuguesa, lembrando aos povos atrasados que a nossa Terra soube dar vida a uma falange heróica de apóstolos da Fé. E sob êste aspecto, a colonização portuguesa pode orgulhar-se de não ter em todo o mundo outra que se lhe assemelhe.

Surge-nos, emfim, o factor político, cuja importância ressaltava não só da perfeita organização interna de Portugal já nessas eras remotas, mas ainda e sobretudo do estudo comparativo do que então eram as actuaes nações europeias.

Passada a breve infância do tempo da conquista metropolitana, bem cedo o nosso País se encontrou na vanguarda da cultura da época, espalhando por toda a parte e pelas formas mais diversas a luz da sua erudição. A mentalidade portuguesa atingira a perfeição, conhecia os segredos de todas as ciências e entrara no caminho da investigação, senda que a levaria ao sonho de outros mundos, onde novas noções lhe viessem satisfazer a sede de saber. E não era a Europa, que ao tempo se encontrava ainda na fase destrutiva das lutas internas, o campo mais propício aos seus desígnios. Lançou-se portanto na descoberta, cultivando e aperfeiçoando as indicações existentes sobre o mundo ignorado e realizando aquilo a que, durante bastante tempo, se chamou um milagre.

Em boa verdade, só Portugal podia ter sido o iniciador da nova campanha, não porque as qualidades do seu povo fôsses superiores às dos outros, mas porque só êle apresentava já, internamente, o equilíbrio indispensável à organização do plano henriquino.

Lançando um rápido exame sobre a Europa dos descobrimentos, fácil é compreender a verdade que afirmamos. E assim:

—a França é derrotada em Azincourt em 1465 (tomada de Ceuta) e, quando as nossas

caravelas rumavam já a caminho da Índia, ela inicia as guerras de Itália;

—a Alemanha só se organiza em 1871, isto é, depois de terminar a gloriosa campanha;

—a Inglaterra, embora em melhores condições que os países anteriores, também não podia lançar-se na tarefa colonial no momento em que Portugal o fez, porquanto, a guerra das Duas Rosas termina justamente com a chegada de Diogo Cão ao Congo;

—da Itália o mesmo se pode dizer, pois a sua unificação foi realizada já no século passado.

E todos estes Estados, empenhados as suas forças na derimência de litígios internos, políticos e religiosos, estavam longe ainda de disfrutar uma situação que lhes permitisse dispersar elementos através do mundo.

Para resumir, citaremos apenas, além daqueles, o exemplo da vizinha Espanha, cuja unidade foi levada a cabo, nada menos nada mais do que 263 anos depois da nossa.

Desta forma, o gesto de Portugal, antecipando-se aos outros países na conquista de novas terras, não foi mero produto do acaso ou de especiais qualidades psíquicas, mas sim o resultado firme e altamente honroso, da primeira organização sólida que a Europa possuiu. Sem a ordem interna e a despeito das suas óptimas aptidões, jamais o nosso País conseguiria erguer, através dos séculos, o pendão glorioso da sua história inegualável.

Mas Portugal não ficou por aí: conquistados os territórios, submetidas as populações e desbravados grosseiramente os primeiros obstáculos que se opunham ao estabelecimento da rede administrativa, política e económica, tratou de iniciar a verdadeira colonização, que, passados tantos séculos, pode ainda orgulhar-se de ter sido a gloriosa perscrutora da moderna ciência colonial, tão complexa como indispensável.

E se no decorrer de 500 anos de acção, alguns desfalecimentos se contam, êsse facto não representa menos competência ou um decréscimo de energia. Umavez as condições internas, outras, as externas, e quasi sempre as arremetidas de estranhos ciosos do nosso poderio, obrigaram o País a desviar, da obra humanitária em que andava empenhado, o melhor dos seus esforços, para que aniquilado não fôsse, para sempre, o sacrificio de tantas gerações.

Assim, nos anos que vão de 1580 a 1640, Portugal sofreu a tremenda afronta do jugo de Castela e, durante esse tempo, pode dizer-se que a obra colonial retrocedeu alguns passos na senda luminosa que ia trilhando.

Mais tarde, o reflexo natural dos princípios de 89 veio igualmente prejudicar a tarefa dos trópicos, quer colocando as colónias em situações incompatíveis com a sua civilização, quer, pelo contrário, votando-as ao mais completo abandono. E nesta incerteza se passaram alguns anos até que, ao iniciar a segunda metade do século passado, Portugal resolveu retomar o caminho de outrora.

Do que tem sido a nossa acção através dos séculos e da forma como ela se exerce hoje, muito há a dizer. Guardaremos, entretanto, para artigos subseqüentes, o exame mais detalhado da obra colonial portuguesa nos diversos ramos de administração.

Iremos mostrando como os portugueses—no dizer do nosso colega Ilídio Lopes—«submetiam povos negociando e catequizando; ocupavam terras pacificando, fomentando e civilizando; desconhecendo preconceitos de raças, exerciam a soberania respeitando as instituições sociais, as crenças, os usos e costumes dos nativos e protegendo-os».

Finalmente,—e sem isso mal conseguiria-

mos atingir o nosso *desideratum*,—focaremos sobretudo a forma como, no momento presente, está decorrendo a vida nas nossas colónias, como elas caminham para um futuro mais perfeito e quais os elementos que nessa tarefa desenvolvem a sua acção útil e persistente.

Realizaremos assim um modesto trabalho que, além de corresponder a um mandato imperioso da nossa consciência, representa, afinal, o produto de alguns anos de labuta pela causa colonial, quer trabalhando nos trópicos, quer dispendendo, na Metrópole, o melhor do nosso esforço em prol dos territórios adquiridos e mantidos à custa de tantos e tamanhos sacrifícios.

Não pertencemos à falange dos que crêem na intangibilidade dos direitos históricos; repugna-nos mesmo aceitar a psicose de um imoderado culto tradicionalista.

Por isso e porque, além do culto carinhoso de quem as admira e ama, às colónias nos prendem já laços indissolúveis, a elas vamos dedicar algumas linhas, na certeza de que, se o nosso trabalho não consegue aplacar certas ambições imperialistas, êle será todavia mais um aglomerado de dados comprovalivos de quanto vale, ainda hoje, a Nação Portuguesa.

---

---

## ANGOLA

---

---



---

---

Exploração no rio  
Coando

---

---

# Portugal campeão na assistência ao indígena

POR ALVES DE AZEVEDO

*Diplomado com o Curso Superior Colonial*

**É** um lugar comum afirmar que em tudo que se refere ao problema colonial, Portugal está na vanguarda dos povos. Semelhante afirmação embora verdadeira, não foi entretanto ainda suficientemente demonstrada e é isso que se nos afigura indispensável fazê-lo pelo menos sob alguns aspectos.

No que diz respeito por exemplo a assistência ao indígena, Portugal pode vangloriar-se com efeito, de ocupar uma posição privilegiada pelo cuidado com que foi elaborada a legislação em vigor e pelo acerto das medidas tomadas.

A boa organização dos serviços, a oportuna intervenção do médico, é hoje norma nas colônias portuguesas o que faz de Portugal o país que melhor defende a vida dos seus indígenas na áspera luta que estes têm de arrostar contra um meio quasi sempre hostil.

São clara prova do que acabamos de afirmar, as directivas impostas sob este aspecto pelo Código de Trabalho Indígena, que taxativamente estabelece a obrigatoriedade de parte dos patrões prestar socorros aos trabalhadores estabelecendo: hospitais dirigidos por médicos coadjuvados por pessoal auxiliar, enfermarias a cargo de enfermeiros europeus habilitados auxiliados por enfermeiros indígenas, postos sanitários de 1.<sup>a</sup> classe a cargo de enfermeiro europeu, e postos sanitários de 2.<sup>a</sup> classe a cargo de enfermeiro europeu ou indígena, bem assim como hospitais particulares a cargo do patrão para aqueles que empregarem mais de 1.000 trabalhadores — o que nos coloca sem favor sob este ponto de vista ao lado da mais progressivas nações europeias. Isto sem falar é claro na assistência social ao indígena que obriga cada estabelecimento em que haja mais de 20 crianças filhas de trabalhadores a ter uma creche

onde sejam convenientemente tratadas durante o período em que as suas mãis estiverem no trabalho.

Se por outro lado a título de exemplo estudarmos a assistência indígena a algumas das nossas colônias de África, chegamos a conclusões análogas no que diz respeito à sua eficiência e desenvolvimento.

Em Angola por exemplo, além do hospital de Luanda, que é sem discrepância um dos mais belos hospitais de África, existem os hospitais indígenas: da Misericórdia, da Câmara e o do Caminho de Ferro, onde centenas de indígenas recebem consultas e tratamento. Em toda a Colônia, nas sedes das províncias, nas sedes das circunscrições e até em alguns postos, há hospitais e enfermarias. Entretanto, a parte mais importante de assistência ao indígena é ambulatória. A Colônia está dividida em zonas sanitárias e estas em sertões em que baste um médico. Este escolhe os locais para os postos de assistência a cargo de um enfermeiro europeu na área de cada posto, para onde se convocam os indígenas das povoações em dias previamente marcados. Nessas reuniões são tratadas todas as doenças aparentes, dedicando-se especial atenção à vacinação anti-variólica e ao tratamento preventivo da doença do sono com o atoxil.

Em Moçambique, os serviços de assistência médica espalhados por toda a Colônia são prestados por 6 delegações de saúde e 21 sub-delegações a cada uma das quais corresponde uma área sanitária. Os principais hospitais são os de Lourenço Marques, Moçambique, Quelimane, Inhambane, Tete, Beira, Vila João Belo, Chinde Angoche e Memba. Em cada sub-delegação há uma enfermaria regional. São 25 os postos sanitários a cargo de enfermeiros europeus e 30 de segunda categoria a cargo de enfermeiros indígenas.

Uns e outros recebem freqüentemente a visita do delegado de saúde. Há na Colónia 5 médicos livres, 10 farmacêuticos e 110 enfermeiros europeus.

Propositadamente deixámos para o fim S. Tomé e Príncipe onde a assistência ao indígena é verdadeiramente modelar. Tôdas as roças possuem ótimos hospitais. Existe um hospital central mantido pelo Govêrno da Colónia em condições de satisfazer cabalmente o seu fim.

Além dêste, também a Ilha do Príncipe se acha provida de um hospital, um lazareto, um laboratório, uma escola de enfermagem e pessoal de saúde numeroso e bem habilitado.

Em S. Tomé e Príncipe há 1 hospital por cada 1.000 habitantes, o que nos coloca na vanguarda dos países mais civilizados que raro podem apresentar estes números.

Seria com efeito errada concepção dos nossos deveres esconder estes factos a meu ver decisivos para o nosso prestígio.

Parece-me que em presença do que acabamos de expôr, não podemos reear nesta ordem de realizações a crítica de quem quer que seja.

\* \* \*

No momento como o presente, em que o estatuto social dos indígenas tanto preocupa os países possuidores de domínios no ultramar em que a maior eficiência na protecção aos indígenas, é apresentada com o título de glória e pergaminho de aptidões em matéria de colonização, parece-me indispensável salientar que Portugal se acha sob êste aspecto numa posição simplesmente privilegiada.

Não sòmente nas nossas colónias não existe a mais leve sombra de escravatura—o que ainda se verifica em algumas colónias e protectorados estrangeiros—como ainda os nossos serviços de assistência médica e social pela sua organização e funcionamento, podem, sem favor, colocar-se num dos primeiros lugares.

Agora, que o Bureau Internacional do Trabalho, interroga as estâncias oficiais e particulares em vista de obter um regulamento do recrutamento dos trabalhadores indígenas, é a ocasião asada de proclamar alto e bom som que Portugal nesta matéria dispensa sugestões extranhas e sabe muito bem que a sua legislação nesta matéria é a mais humana e a melhor.

# UMA CARTA

EX.<sup>mo</sup> SR. DIRECTOR DA  
«PORTUGAL COLONIAL»

**A**preciando o curioso relato do Cruzeiro de Férias às Colónias de que é autor o jornalista Ex.<sup>mo</sup> Sr. Osório de Oliveira, publicado no «Diário de Notícias» de hoje, fui surpreendido pelas seguintes palavras:

«Infelizmente por não virem das outras colónias novos serviçais, os que aqui estão não podem ser repatriados quando findam os contratos de trabalho. E embora êles vivam aqui melhor do que nas suas terras não há um que não queira regressar».

Fazendo votos para que tais afirmações não encontrem eco na imprensa estrangeira, demonstrarei que não correspondem à verdade. Êste esclarecimento em nada diminui a consideração que me inspira o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Osório de Oliveira, mas mostra que não basta olhar para as colónias, para delas falar; é necessário *vê-las*.

O Decreto N.<sup>o</sup> 16199, de 6 de Dezembro de 1928, que aprovou o Código do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas de África, preocupa-se com a defesa dos direitos dos contratados.

A êste assunto se referem especialmente os artigos N.<sup>os</sup> 123—131—159—162—230 e 309.

No artigo 123 alínea b):

«A duração dos contratos com intervenção da autoridade é limitada a 3 anos, quando for para servir fora da colónia».

Êste o caso em que a duração do contrato é máxima.

No artigo 131:

«A duração dos contratos sem intervenção da autoridade, quando o contrato for feito por escrito, nunca poderá exceder um ano».

Além dêstes períodos não é sequer permitido o recontrato como se esclarece no artigo N.<sup>o</sup> 159—§ 1.<sup>o</sup>.

Quando em 1928 o citado Decreto n.<sup>o</sup> 16199, criou as Juntas Locais de Trabalho e Repatriação e os respectivos Cofres de Trabalho e Repatriação o artigo N.<sup>o</sup> 309 no seu § 1.<sup>o</sup>, dava como criados êses organismos exactamente na colónia que o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Osório de Oliveira visitou.

Nem a repatriação dos membros da mesma

família, cujo contrato tenha sido efectuado no mesmo instrumento, assim como os filhos e sobrinhos menores que os tenham acompanhado, poderá dar-se em diferentes datas (Artigo N.º 162).

Para que se não renovem os contratos indefinidamente, explorando a imprevidência dos indígenas por meio de adiantamentos o § único do artigo 230 considera esses adiantamentos e mesmo as quantias devidas por prejuízos, automaticamente saldadas no fim do contrato (Artigo N.º 220).

Na letra da lei se encontra a garantia da repatriação e já antes do Decreto 16199 de 6 de Dezembro de 1928, se encontrava.

As despesas de transporte, alimentação e alojamento durante a viagem de regresso estão sempre a cargo do patrão. (N.º 14 do Artigo 113).

Vejamos a segunda afirmação.

Não é verdade que todos os indígenas contratados pretendam regressar ao sertão depois de terem gosado um bem estar superior ao que disfrutam alguns trabalhadores europeus e na Europa.

Os próprios Burt e Willian Cadbury autores da Campanha «A Moderna Slavery» em 1910 (como vai longe o assunto que o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Osório de Oliveira involuntariamente levantou) esses mesmo, dizia, afirmaram não supôr nem saber que algum indígena de outra colónia pretendesse ser repatriado (Vide páginas 78 e 118 de «A Mão de Obra em S. Tomé e Príncipe» de Francisco Mantero).

Estes, os ligeiros reparos à margem de

## Comandante Corrêa da Silva Coronel Lisboa de Lima

Em curto espaço de tempo faleceram dois grandes coloniais: o comandante Corrêa da Silva, figura rígida e inteiriça de patriota e homem de bem, e o coronel Lisboa de Lima, um dos mais dedicados trabalhadores da causa colonial nos últimos anos.

Os seus nomes, as suas figuras, são bastante conhecidas para que seja mister recordar neste lugar os exemplos que as suas vidas deram a tantos portugueses e fôlhas de serviços que honram os tífulares e o país a que pertencem.

Qualquer dos dois eminentes extintos deu o melhor da sua vida à causa colonial.

E pode dizer-se que a esta causa se sacrificaram pois as suas mortes prematuras tiveram de certo por causa os males adquiridos nas colónias.

Às famílias enlutadas apresenta a «Portugal Colonial» as mais sentidas condolências.

afirmações que ao espírito se apresentam como inexactas e impolíticas.

Creia-me, com a maior consideração e estima.

2 - 10 - 935.

MARCOLINO MARTINS COSTA  
DIPLOMADO PELA C. S. C.

ANGOLA



Vista parcial de  
Loanda



# Página literária

«E aquele que te precisar a ir mil passos vai com êle ainda outros dois...»

No Funchal esplendoroso das suas magnificantes belezas naturais findava por aquele dia a recitação do Evangelho e calava-se no silêncio quente da tarde moribunda a voz juvenil do sobrinho de João Gonçalves Zarco.

Tendo sido criado de pequeno na casa do Infante D. Henrique cedo foi Álvaro Fernandes atraído pelas gloriosas aventuras dos primeiros mareantes de Portugal.

Ainda com poucos anos partira na companhia de seu tio para a Ilha da Madeira. E uma vez ali incutia a paixão dos descobrimentos que ardía no seu ânimo fogoso a todos os companheiros de jogos ou de estudo. Nas horas de recreio ensinava-os a construir barcos pequenos com que êles brincavam nos lagos mais próximos, ao mesmo tempo que lhes repetia para que não esquecessem as palavras sublimes de Jesus. E no entusiasmo com que seguia os ensaios dos menos aplicados para que não deixassem esfriar o culto a Deus, à Pátria e ao Infante seu Senhor, dei-

## “O CABO DOS MASTROS”

(ETIMOLOGIA COLONIAL)  
(DUM LIVRO EM PREPARAÇÃO)

Por BERTA LEITE

xava sempre para o fim o curioso navio que lhe pertencia e que não conseguiu nunca dar por pronto.

Era uma embarcação perfeíssima a que apenas faltavam os mastros.

A - pesar - do grande incêndio propagado ao frondoso arvoredo da formosa

Ilha pelo mato que o capitão Gonçalves Zarco mandara roçar e queimar, abundantes quantidades de madeiras principiaram a ser utilizadas nas construções navais sem o mais leve prejuízo da beleza dos bosques.

Por entre êsse levantamento de árvores se fez homem Álvaro Fernandes que desde muito pequeno manifestou e impôs a sua vocação para o mar. Ajudava agora indiferentemente amigos e desconhecidos a pôr de pé notáveis reduções de bateiras e barinéis.

Estudou e fê-los estudar navegação como seu tio.

E assim preparou tenazmente novos e valerosos marinheiros para Portugal.

Quando recebeu do tio a ordem de abitar convenientemente uma caravela que seria também comandada por êle, Álvaro Fernan-

des que desde a infância aguardara impacientemente a hora de colaborar na obra colossal do Infante de Sagres, exultou de orgulho.

¡Nobre incumbência a de ir também em demanda de novos territórios africanos!

A êsse ideal dera mais que o penoso trabalho de criança diligente, a esforçada consagração da mocidade sacrificada à firme tenção em que assentara a sua vida de não esboçar sequer o mais vago noivado. Apenas olhava às vezes com infinita tristeza a única menina que com o pretexto de os ver «brincar» se habituara a vir passar tardes inteiras a fitá-lo enlevada.

Só quando ao fim de algum tempo lhe pareceu que aquela presença ajuizada enchia de claridade a paisagem tornando-a mais linda, pensou Álvaro Fernandes no perigo do seu doce e inocente convívio. Então quis deixar de a ver.

E armando-se de coragem perguntou-lhe uma vez tão friamente quanto convinha e pôde, o que a atraía naquela desconsolada sociedade masculina.

Maria da Graça respondeu com dignidade que muito aproveitara já o seu espírito em lhe ouvir as belas Verdades dos Santos Evangelhos.

E no mesmo momento correu mais depressa para casa procurando esconder as lágrimas que lhe afluíam aos olhos maguados, enquanto êle profundamente comovido, a seguia com a vista e, também já com o coração.

Mas nem ela deixou de vir ouvi-lo nem êle tornou a tentar qualquer afastamento. A ternura secreta que devorava aquelas duas almas que se encontraram sem se procurarem parecia querer fundir-se numa única expansão: a do amor de Deus pelo amor da Pátria e a do amor da Pátria pelo amor de Deus.

.....  
Maria da Graça soube da próxima partida de Álvaro Fernandes quando no ameno recinto onde habitualmente se reuniam êle próprio a anunciou aos seus companheiros sem o ânimo suficiente para a encarar.

Ao vê-la porém apoiar-se à árvore que lhe ficava mais perto—como a personificação da angústia a quem falta o chão debaixo dos pés—o pobre rapaz sentiu esmorecer-lhe a satisfação que tivera com a recompensa que premiara o seu esforço. Aproximou-se dela com humildade e, pelo respeito que lhe merecia a sua mágua não atinou com o que devia

dizer para a consolar. Mas desta vez foi Maria da Graça que ousou falar para lhe pedir que lhe confiasse o barquinho sem mastros...

Álvaro Fernandes deu-lhe o brinquedo a chorar prometendo acabá-lo à volta.

A incerteza porém que não podia deixar de ter no sucesso da viagem, estrangulava-o da mesma angústia em que ela se debatia.

Nunca as palavras pareceram tão inúteis a ambos.

Estreitaram-se longamente num abraço irresistível.

Então, enquanto o mar os não separou, Maria da Graça recebeu os beijos do seu noivo como uma criança deslumbrada a quem uma feérica chuva de estrêlas entrea-brisse o céu...

.....

Dividem-se aqui as opiniões dos cronistas que dão simultaneamente a Álvaro Fernandes o mesmo rumo da expedição de Lançarote e duas viagens próprias e científicas sobre que insiste Gomes Eanes de Azurara. O crédito que nos merece êste último escritor obriga-nos a seguir como mais verosímil a segunda versão.

Neste ano de 1446 foi o Oceano Atlântico profusamente juncado de caravelas portuguesas (1), entre as quais algumas vindas da Ilha da Madeira (2) com Tristão Vaz e Álvaro de Ornelas foram colhidas por temerosos temporais e obrigadas a retroceder antes de chegarem ao Cabo Branco.

Faltava a de Álvaro Fernandes de que se ignorava o destino.

Outros navios tinham também saído de outros portos com mais êxito. A esquadra de treze caravelas e uma fusta de que o Infante nomeou Lançarote comandante em chefe partiu de Lagos ao mesmo tempo levando também os mesmos planos de grandes cometimentos na Costa Africana. Fora a expedição da Madeira considerada um fracasso enquanto a de Lançarote espalhada pelo mar quanto à partida se reunia de novo na Ilha das Garças, ponto de partida para as escaramuças continuadas depois na Ilha de Arguim. Aí durante o tempo em que vendo que faltavam os mantimentos voltavam ao reino os três navios de Diniz Anes, resolveu Lançarote com os seus homens cumprir as ordens que

(1) Azurara diz 26 (vinte e seis).

(2) Quintela, Q. M. P.

levava de D. Henrique para conquistar a Ilha de Tider.

É uma vez postos em fuga os indígenas, restava conceder a liberdade plena para a debandada. Seguiria cada qual o rumo que mais lhe conviesse. Lançarote propunha-se avançar para o sul se fivesse quem o acompanhasse. E reunindo conselho dirigiu a todos os capitães a seguinte fala:

«Senhores e amigos! Porque foi mercê do «Infante Nosso Senhor de me fazer vosso capitão, porém por vosso prazer e vontade e por causa dêle eu represento aqui sua pessoa, em seu nome vos agradeço o grande «trabalho e boas vontades que em todos vós «outros achei em êste feito a que fostes vindos por seu serviço o qual lhe recontarei «pessoalmente quando quer que a Deus puzer «que sejamos em sua presença, de guisa que «pelo merecimento de vossos trabalhos possa «cobrar aquele galardão que tem juntamente mercês. Ora vós sabeis como partimos de nossa vila com principal fim de virmos à conquista desta Ilha e como Deus nos quis para isso encaminhar e aviar-nos, lhe «devemos por isso dar muitas graças pôsto «que tantos mouros não filhássemos como já «outras vezes fizemos, todavia nossa vitória «foi assaz, pois na metade do dia realmente «lhe pusemos a praça e fomos a êles como «vistes; e como quer que tantos fôssem, deixaram o campo ao nosso vencimento e «entramos por sua terra, e filhando suas coisas «sem contradição alguma, de que nos fica «honra e louvor ante aqueles que disso houveram verdadeiro conhecimento. E quanto a «vossa vinda segundo o propósito que trouxemos o feito é acabado, no qual eu faço «segundo o regimento que trago do Senhor «Infante, depois da tomada desta Ilha cada «um pode fazer de si o que lhe prouver, indo «para qualquer parte em que sentir sua vantagem ou proveito. E porém a mim parece «que é bem que êsses poucos que filhámos, «sejam partidos, de guisa que cada Senhor «haja sua direita parte, e siga o caminho que «por bem tiver. E de mim vos afirmo que estou disposto para qualquer trabalho ou perigo, que por serviço de Deus ou do Infante «meu Senhor possa vir cá com tão pequena «presa não entendo tornar ante a sua presença» (1).

(1) *Conquista da Guiné—Azurara.*

## Caçadas no sul de Angola



Um elefante morto por Abel Pratas

Foram em maior número os que o quiseram seguir (pelos quais respondeu Álvaro de Freitas) nas várias peripécias e aventuras de que a mais gabada mesmo logo a bordo das caravelas, foi a proeza de Estêvão Afonso em socorro de Vicente Dias a braços com o negro mais corpulento que encontraram (1).

Até ao termo da viagem de Lançarote, Cabo Verde e suposta Ilha de Garça, se encontrou já gravada nas árvores as armas, divisa e mote do Infante.

E interrogavam-se curiosos sobre quem teria já vindo tão longe.

Entretanto Maria da Graça que todos os familiares julgavam perdida para o mundo por acharem que tinha enveredado pelo mais rigoroso misticismo, aguardava o noivo com uma esperança sem desfalecimentos. Bem amparada na sua Fé inquebrantável depositara o barquinho no altar da Virgem passando ali horas seguidas de fervorosa adoração. Aos que se acercavam dela nesses momentos procurando convencê-la a vir passear fora da capela da sua maior devoção, explicava que quando por vezes ali se detinha orando julgava divisar a claridade duns mastros com que Álvaro Fernandes viria em breve acabar o seu encantador trabalho de criança. E quando os não via, tomava as flores mais

(1) Quintela, *Anais da Marinha Portuguesa.*

---

---

# ANGOLA

---

---



---

---

O palácio do Alto  
Comissário do Lobito

---

---

---

lindas que lograva colhêr e formando-os ela própria e renovava-os a miúde.

.....

Álvaro Fernandes voltava directamente à Ilha da Madeira com uns «Mastros» demasiadamente gloriosos para coroar um brinquedo infantil mas êsse brinquedo aparecia agora a quantos o conheciam como um símbolo do seu triunfo.

Após as primeiras expansões de alegria da chegada pediu-lhe Maria da Graça o relato da sua árdua jornada.

Acedeu gostosamente Álvaro Fernandes que, tendo reunido da forma mais casual à volta do mesmo lago onde outrora dera proveitosas lições de doutrina e patriotismo, muitos dos seus antigos companheiros, contou minuciosamente como fôra até ao Rio Senegal também chamado o rio Nilo dos negros. Juntava à narração tôdas as mais agruras dos combates com os pretos e com o mar.

Sentia-se agora compensado pela alegria que dava ao Infante com a notícia da descoberta dum novo Cabo.

E voltando-se para Maria da Graça que lhe sorria desvanecida o animoso rapaz acrescentou:

«Julgo que lhe chamei dos «mastros» por ver em tudo os que me havieis pedido com que à volta acabasse a caravela».

E calava-se para melhor observar o seu tesouro, deslumbrado, extático, feliz...

Maria da Graça deitou-lhe os braços no peito forte que lhe oferecia protecção repetiu baixinho as primeiras palavras que lhe ouvira e eram de Jesus no mandamento que Ele tão bem soubera cumprir:

«E aquele que te precisar a ir mil passos vai com êle ainda outros dois...»

O seu sorriso iluminado dava-lhe assim também o alto significado duma risonha segurança na felicidade da vida futura que êle antegozava deleitado.

.....

Para a Glória de Cristo, da Pátria e do Infante de Sagres e por vontade de seu tio voltou ainda Álvaro Fernandes no ano seguinte à exploração da África. Mas tendo sido gravemente ferido (após brilhante derrota) em combate por uma írecha envenenada com que o gentio o alvejou, fez volta a Portugal não por recuar diante de qualquer perigo mas por lhe escassear a saúde e a companhia.

A-pesar-das mercês com que desta vez ainda o honrou o Infante, preferiu a tôdas a volta breve ao Funchal—terra maravilhosa do seu sonho onde deveriam resplandecer perenemente o Amor e a Vida.

# DA IMPRENSA

## IMPRENSA ESTRAN-GEIRA TRANS

O povoamento na Líbia por colonos metropolitanos, deve ser considerado, mais do que como uma solução do problema demográfico, um meio de governar e de colonizar. Fortalecido pelos melhoramentos e pela valorização das terras é o povoamento quem deve consolidar a conquista, prestando-lhe a sua fundação sólida e durável conforme as experiências e os ensinamentos de Roma.

Neste breve esboço, ocupar-nos-emos principalmente da Tripolitânia. A obra de colonização na Cirinaica, —salvo algumas tentativas isoladas dignas de louvor— só deve ser tomada em consideração a partir de 1932, depois da pacificação. Os resultados do desenvolvimento que virão a ler serão certamente da maior importância.

Mas, as experiências tripolitanas, embora recentes, se se comparam àquelas dos outros colonizadores norte africanos prestam-se desde já, a várias considerações muito úteis.

Desde a sua ocupação em 1922, o povoamento tem sido insignificante. As operações militares primeiro, a paralização por causa da guerra depois, junto com os contra-ataques na colónia e o esforço necessário para a reconquista dos territórios abandonados, não permitiram —salvo alguns casos particulares— as actividades colonizadoras.

Quando em 1922, a segurança e a soberania foram restabelecidas na Tripolitânia, vieram à tona de água os projectos de colonização, e o Governo, alentou-os com diversas medidas:

- a) Criação duma vasta reserva para a colonização;
- b) Compromisso dos trabalhos públicos exclusivamente do Estado (estradas, pontes, canalizações, segurança das dunas, plantações, etc., etc.);
- c) Facilidade de crédito aos colonos.

Durante o período 1922-1925, a reserva representava 64.000 hectares, dos quais 34.000 foram subdivididos em lotes e 26.000 cedidos em concessões. No meio das diferentes formas de concessão de terrenos da reserva, a mais frequentemente empregada era aquela que previa a transferência em propriedades com a obrigação de cumprir certas condições.

O concessionário tinha o dever de atender e de cuidar os poços das suas terras e de implantar uma ou várias famílias de colonos metropolitanos, edificando-lhes moradias próprias. Resultado: esta cláusula nunca foi cumprida—salvo quando se tratou de directores ou de fiscais—. No ponto de vista económico, havia o interesse de se servir da mão de obra indígena.

Considerava-se então a valorização sobretudo, como objectivo da colonização. Preferiam favorecer o desenvolvimento de mediana de grande extensão, pelos concessionários bem providos de meios. O Estado não devia intervir nas explorações particulares com auxílios. Pensavam que com a continuação de certas condições favoráveis por meio de fracções das maiores propriedades, ou à margem destas, fariam nascer espontaneamente, pequenas propriedades de camponeses vindos da Metrópole.

Entre 1925 e 1928, a propaganda colonial na Itália, a visita de Mussolini a Trípoli, as facilidades concedidas ao crédito—cada vez maiores—concorreram para dar um maior impulso à colonização.

Em 1928, foram cedidas em concessões 17.619 hectares; em 1926, 25.596; em 1927, 27.554; em 1928 13.465. A meados de 1928, houve uma mudança de orientação; enquanto que numa zona chamada agrícola

-pastoral e industrial, continua a valorização do terreno pela mão de obra do indígena, noutra zona, o Estado intervir para intensificar o povoamento por meio de colonos metropolitanos.

Povoar o território de cultivadores metropolitanos, prendê-los à terra, passa a ser uma das alavancas da política colonial, um meio de consolidar a conquista.

O Estado reconhece que o concessionário não pode sosinho, suportar o peso de todo o melhoramento necessário para preparar o meio agrícola a receber o colono metropolitano, nem manter esse mesmo colono durante os primeiros anos.

A legislação de 1928, impõe aos concessionários deveres de povoamento, de valorização, com as ajudas correspondentes por parte do Estado:

- a) Compromissos por parte dos concessionários e subvenções por parte do Estado para a construção de casas, poços, de cisternas, de extensão de plantações de

(Conclue na página 24)

# COLONIAL

## CREVE-SE IMPRENSA PORTUGUESA

RECÉM-CHEGADOS de Angola, onde estiveram durante dois meses, expressamente para caçar, encontram-se em Lisboa, como já noticiámos, os ilustres titulares espanhóis marqueses de Viana, del Merito de Valdesevilla e de Orellana, afamados amadores cinegéticos, cuja opinião acerca da nossa florescente colónia da África Ocidental é a mais lisonjeira.

Unânicos em afirmar que excedeu toda a expectativa a forma hospitaleira e amável por que foram recebidos pelas autoridades portuguesas, filiam também o êxito da sua caçada na extraordinária abundância dos mais belos exemplares de caça grossa, existentes na larga região por eles percorrida.

Tendo desembarcado em Loanda, onde foram galhardamente recebidos pelo governador geral da colónia, sr. coronel Lopes Mateus, que lhes deu cartas de recomendação para as diferentes autoridades provinciais, seguiram, dias depois, ao longo das margens do Quanza, até atingirem Cupe-rolo. Dali foram para o Kipungo e depois para o Capelongo, na margem do Cunéne. Tomaram, seguidamente, a estrada paralela ao curso deste rio, até alcançarem Dongoena e Naulila, onde estabeleceram a base de caça. Ao cabo das suas diferentes sortidas, cada um dos caçadores havia realizado a sua aspiração de abater uma colecção completa dos mais escolhidos exemplares da fauna angolense, constituída por muitas dezenas de peças, entre as quais um elefante, várias palancas, javalis, gnús, kudus, pacaças, céfios; antílopes diversos, tais como cabras de leque, oryx, "hartebeest", "wildbeest", "waterback", etc.

Dos processos de caçar, aquele que lhes pareceu mais excitante, pelo perigo que oferece, foi o da perseguição da caça em automóveis, através do mato, fora de quaisquer caminhos e por cima de todos os os obstáculos; processo em que é exímio o afamado caçador sr. coronel de artilharia Brandão de Melo, que os recebeu primorosamente. Durante toda a caçada foram acompanhados pelo sr. Teodósio Cabral, justamente considerado, hoje, como o mais célebre caçador profissional do sertão angolense, cujas proezas venatórias se contam por centenas. Teodósio Cabral ia com os caçadores espanhóis quando se deu, no Cupe-rolo, um curioso incidente, digno de registo, pela sua raridade, tão raro, que ele próprio o viu pela primeira vez. Foi um encontro entre búfalos e leões,

feras que usam lutar entre si.

A uma distância que não excedia 150 metros, viram, súbitamente, no mato, quatro búfalos enormes, enfrentando em ar de desafio, um grupo constituído por seis ou sete leões. A ância de atirar pôs em debandada esse núcleo de feras prestes a combates

**Os caçadores manifestaram-nos o seu aprêço pela lei que regula a caça em Angola**

De Naulila seguiram para o Lubango. Aí encontraram o governador da provincia de Huíla, sr. capitão Carlos Selvagem, que lhes proporcionou todas as facilidades.

## Uma digressão venatória por Angola

Quatro fidalgos espanhóis e exímios caçadores falaram ao «Século» da nossa Colónia de África Ocidental, nos mais lisongeiros termos

Transcrito de "O Século,"

lei que regula o exercício da caça em Angola e que muito avisadamente impede o extermínio do resto de exemplares que ainda ali existem, de palanca negra que podem ser calculados em 35 ou 40, o máximo. São os únicos, que existem em todo o mundo.

Os nossos hóspedes aproveitaram o ensejo para nos declarar ser de aconselhar, também, a proibição da caça ao "Rinoceronte branco", espécie raríssima, e que, infelizmente, ainda pode ser abatida pelos nossos caçadores,

As suas impressões gerais acerca dos progressos de Angola são altamente lisonjeiras para nós. Utilizaram estradas magníficas em milhares de quilómetros, telefone e telégrafo, instalados nos mais pequenos postos do interior, o que lhes permitiu estar em comunicação diária com suas famílias que se encontravam em Espanha. Tiveram boas instalações nas vilas e cidades e encontraram um magnífico hotel, como os melhores da Europa, no Lobito.

(Conclue na página 24)

## O povoamento da Líbia e a acção do Estado

(Conclusão da página 22)

oliveiras, de árvores de frutos e vinhas, de culturas herbáceas, de estradas interiores.

b) Compromissos e subvenções para a instalação de famílias de colonos metropolitanos com o propósito de criar por meio de contratos especiais, propriedades de cultivadores.

Durante os anos seguintes, o Estado intervém duma maneira eficaz para estender e facilitar o crédito a curto e a longo prazo—até conceder 1933, empréstimos sem juros—em proporção a extensão dos terrenos valorizados.

Deve-se mencionar também a probabilidade de colonizar por vinte anos com prémio final. As concessões são subdivididas em lotes que formam uma unidade económica e jurídica como uma concessão a si própria, mas, o concessionário que valorizou um lote não pode valorizar outro, se no espaço de dois anos não tornou o lote precedente cultivável instalando nele uma família camponesa da Metrópole.

O sistema foi chamado "colonização demográfica progressiva". O colono tem direito a uma retribuição fixa por três anos e a garantia de um mínimo de rendimento de três anos ainda; depois disto é considerado capaz de valer-se a si próprio como proprietário. Terminado o contrato (e aqui está o que caracteriza o pacto) o concessionário compromete-se a dar gratuitamente ao colono, cinco hectares de terreno pronto a cultivar. O Estado ajuda o concessionário por meio de subvenções, de prémios e das formas de crédito de que já falámos.

As aquisições do domínio na Tripolitânia, aumentaram rapidamente — a sua extensão já ultrapassou 200.000 hectares.

Até aqui vimos a intervenção do Estado para a valorização e para o povoamento realizado por intermédio dos concessionários. Vejamos agora duas formas de intervenção directa para a criação da pequena propriedade camponesa:

1) A exploração do tabaco no território de Grian em Tigrina, onde sobre 1.000 hectares de terreno o Estado compromete-se a edificar por sua conta num prazo de cinco anos, 500 casas de habitação para as famílias dos colonos da Metrópole. Actualmente trabalham ali, perto de 300 famílias.

Sobre lotes de dois hectares os colonos cultivam metade o tabaco que lhes é comprado a prazo fixo, e noutra metade, os produtos destinados ao seu próprio sustento. Depois de trinta anos os colonos serão donos do terreno e da casa.

2) A companhia, para a colonização da Cirenaica (Ente per la colonizzazione della Cirenaica) fundada com capitais provenientes indirectamente do Estado para o estabelecimento no Djehal, de famílias camponesas escolhidas no meio dos cultivadores da Metrópole.

Durante os cinco primeiros anos o colono a quem é destinada uma casa, trabalha como lavrador nos trabalhos de surriba e na preparação agrícola; por isso recebe um salário. Depois, compromete-se por contrato, a ser comprador de fundos pagando com letras num prazo de tempo que nunca será superior a trinta anos.

A companhia recebeu por esta exploração, um território com perto de 145.000 hectares, sem contar as zonas pastoris bem entendido. A actividade da companhia cujo início data só de três anos está em plena actividade e estuda-se agora o projecto de a estender à Tripolitânia, à zona de Cussabat-Tarhuna.

É bom não esquecer o sistema de colonização pelos

milicianos (Camisas Negras). Trata-se de concessões de terrenos feitos aos "Centúrios", que pretendam criar a pequena propriedade para repartir entre milicianos e oficiais conforme o sistema análogo aos já mencionados.

Actualmente o total da população de emigrantes na Líbia e fixada na terra, pode-se calcular em 1600.



Vimos como parlando dum período de não-intervenção por parte do Estado e da colonização capitalista onde o trabalho era quasi completamente indígena, passaram para uma intervenção cada vez maior do Estado na obra da colonização. O Estado considerando que era bom para seus fins políticos e sociais, animar o povoamento por meio de colonos metropolitanos e de formar por esse processo a pequena propriedade cultivadora, tende a esta realização por dois métodos:

I) Agir sobre os concessionários impondo por contrato obrigações em troca de auxilios financeiros especiais.

II) Criar explorações directas pela subdivisão dos terrenos em lotes e a sua concessão aos colonos cultivadores contratados entre os lavradores agrícolas metropolitanos.

Entre a colonização capitalista subvenção e encarregada das obrigações demográficas e a colonização do Estado que tem por objectivo, fixar directamente na colónia as famílias proletárias da Metrópole, a uma classe média que poderia desenvolver a obra e que ainda não foi consideradas como merece. É a classe dos pequenos proprietários, rendeiros ou aldeões, providos de alguns meios e que aspiram a estabelecer-se na colónia e a criar-se um fundo de exploração directa com as famílias. Estudam-se actualmente várias medidas para animar a emigração com esse elemento preciosíssimo de colonização.

Nos limites deste curto estudo, só se falou do povoamento pelos colonos metropolitanos e da acção do Estado disposto ajudar e animar. Isto não significa que não se tenha em consideração o elemento indígena. Muito pelo contrário, em conclusão, queremos afirmar que o futuro da Líbia baseia-se no desenvolvimento harmónico e simultâneo da colonização e da economia indígena:

Estes dois fenómenos que se manifestam em diferentes regiões, influenciam-se mutuamente. A transformação agrícola das terras exige um largo concurso de mão de obra indígena e para certas actividades, numa colaboração continua com os elementos locais:

Neste terreno sobretudo, as necessidades dos colonizadores e dos indígenas misturam-se dando vida a vários problemas cuja importância política e económica é evidente. A sua fusão e a sua aproximação, são actualmente cuidadosamente estudadas pelo Governo.

ALEXANDRE LESSONE

---

## Uma digressão venatória por Angola

(Conclusão da página 23)

Assim, os nossos illustres hóspedes mostram-se gratíssimos ao sr. capitão Henrique Galvão, colonial distinto e caçador de nomeada, que lhes preparou e organizou todo o roteiro desta linda viagem, na qual foram acompanhados, dedicadamente, pela competência e amizade de Teodósio Cabral, que foi—disseram-nos—um excelente companheiro e ficou sendo um bom amigo. Não esqueceram, também, nas suas gratas referências, os nomes do sr. coronel Brandão de Melo e de tôdas as autoridades portuguesas, inexcusáveis de amabilidade, tanta, que lhes ficou o desejo e o plano firme de voltarem a caçar em Angola.

# INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

## Crónica do mês A propósito da morte de Lisboa de Lima

*A morte do coronel Lisboa de Lima, sem dúvida um dos mais prestantes valores coloniais duma geração que se entregou devotadamente à causa de Além-Mar, põe uma vez mais em foco a questão delicadíssima dos quadros coloniais.*

*Estes vão-se despovoando, ou pela morte ou pela idade dos seus titulares mais representativos, e as vagas que deixam, difficilmente são providas por valores correspondentes.*

*Já aqui nos temos referido por várias vezes a estes problemas agudíssimos: o da falta de gente, o da necessidade cada vez mais instante de criar e seleccionar os homens que as nossas colónias precisam: homens de acção e de ideias, competentes, consciencamente ligados a um grande ideal portuguez.*

*O velho mecanismo, débil e cansado, desacreditado pela inferioridade dos seus resultados, deixou de poder tomar-se a sério. Nem os triunfos da política de campanário, nem as influências de compadrio e de posição, nem as conveniências das oligarquias — enfim, nenhum dos agentes de selecção que durante tantos anos despejaram nas colónias centenas de po-*

*voadores improvisados para os seus quadros administrativos, se pode manter.*

*Assim como se fez na Metrópole, há que fazê-lo nas colónias: uma obra ordenada, prudente, segura, capaz de produzir para o Império e acreditar-se para o Mundo.*

*Esta obra não se faz sem homens, nem se ilude com decretos.*

*À copiosa legislação que já possuímos e dentro da qual tudo é possível fazer sem mais um parágrafo, sem mais um artigo, tem que suceder um corpo aguerrido de executores, limpos dos excessos de burocracia, obedientes mas decididos, disciplinados mas activos, que tragam consigo aquela volupia de acção que conheceram os homens da falange a que Lisboa de Lima pertenceu.*

*E não é a dizer mal, a consumirmo-nos em críticas dissolventes, a pregarmos o desânimo, a fazer o estendal do que não há — que poderemos encontrar essa gente de fé, de vontade, de realização, que há de preencher esta vaga e tantas outras que estão em aberto — tantas outras!*

H. G.

---

## Notas do mês

### Cabo Verde

Com homologação superior, foi alterado o Regulamento da Escola Prática Elementar dos Correios e Telégrafos da colónia de Cabo Verde, com o fim de dividir em duas classes os alunos. São considerados "ordinários,"

os que não pertencerem aos quadros dos Correios e Telégrafos; e "voluntários," os que sendo já empregados vitalícios dos Correios e Telégrafos, requererem para frequentarem o curso.

O número de alunos a admitir, quer como ordinários quer como voluntários, será fixado anualmente pelo Governador da colónia, por proposta do chefe dos Serviços dos Correios e Telégrafos.

O Governô da colónia determinou que fôsse convertido em mixto, a-fim-de poder ser frequentado por

creanças, em idade escolar, de ambos os sexos, o pôsto de ensino masculino n.º 4, em Mato Inglês, do concelho de S. Vicente de Cabo Verde.

Foram nomeados: secretário do Conselho do Governo; o 2.º oficial da Repartição Central dos Serviços de Administração Civil, sr. Francisco Terêncio Africano Alves da Costa e Sousa; e sub-director da Fazenda da colónia, o 1.º oficial de Fazenda das colónias, sr. José Henriques Amador.

Foi negado provimento ao recurso interposto para o Conselho Superior das Colónias pela firma de S. Vicente de Cabo Verde, António Miguel de Carvalho & C.ª, acêrca dum pagamento da quantia de 10.080\$91 por direitos de importação de cigarros de origem holandesa na Alfândega de S. Vicente.

Por proposta do Governo da colónia foi aumentado um novo artigo à pauta de importação da colónia, aprovada pelo diploma legislativo n.º 327, de 11 de Novembro de 1931, regulando a entrada de armários frigoríficos munidos do respectivo aparelho eléctrico produtor do frio. O imposto, que foi regulado pelo Decreto n.º 25.891, publicado no "Diário do Governo", será de futuro de \$50, por quilo, quando de origem nacional e do dôbro (um escudo) sendo de origem estrangeira.

Por portaria do Governo da colónia foi mandado abrir um crédito de Esc. 16.018\$74, na Repartição Central dos Serviços de Fazenda, para liquidação dos encargos por que o Estado é responsável, em consequência dos alcances verificados nas estações telégrafos-postais de S. Filipe e Tarrafal.

Para satisfazer uma incumbência cometida por lei à Agência Geral das Colónias, acêrca do movimento de entrada e saída de colonos e do resultado das suas actividades, o governo de Cabo Verde, pela repartição do Gabinete fez publicar no Boletim da Colónia um regulamento orientando a entrada, nos portos do arquipélago, de emigrantes nacionais e estrangeiros. Uma das suas disposições determina a exigência dum depósito de 1.500\$00 na Caixa de Tesouro, como garantia de subsistência e assistência médica e a importância do custo da passagem de regresso ao pôrto de embarque.

Esta disposição é dispensada aos naturais e indivíduos que documentem a sua actividade na colónia.

Instalou-se no edificio dos Correios e Telégrafos da cidade da Praia a Junta do Crédito Agrícola da Colónia.

O Conselho Superior das Colónias, funcionando como Tribunal de Contas, conheceu na sua reunião de 14 de Outubro findo da conta de responsabilidade da Caixa de Tesouro desta colónia, de responsabilidade do Banco Nacional Ultramarino, pelo período de gerência que vai de 1 de Julho de 1916 a 30 de Junho de 1917. Do exame não foi conhecida qualquer irregularidade, pelo que foi aprovada, com o saldo de 438.340\$10, que passará para a conta de gerência do ano económico seguinte.

Foi autorizada a Empresa dos Tabacos da Beira, Limitada, a montar uma fábrica de manipulação tabacos na cidade da Praia (ilha de S. Tiago). O Governo da colónia marcou o limite de prazo para essa montagem em Maio do próximo ano, considerando tratar-se dum exclusivo industrial; e autorizou que a concessionária, sem prejuizo para qualquer outro pretendente, procedesse a estudos acêrca da possibilidade de cultura de algumas variedades de plantas de tabaco.

O Governo da colónia determinou que o pagamento das taxas de manifesto de gado, na colónia, seja feito até 30 de Novembro de cada ano.

Foi aprovado o orçamento suplementar n.º 1 ao ordinário, para o corrente ano económico, de 1935-1936,

da Câmara Municipal do concelho da Praia com a receita de 250.972\$06, a despesa de 215.539\$96 e o saldo de 35.432\$10.

## S. Tomé e Príncipe

A canhonheira "Beira", que esteve fundada no pôrto de Ana Chaves, seguiu para a Serra Leôa.

Segunda uma estatística recente de S. Tomé e Príncipe, e referida ao ano findo a sua população, soma 56.437 almas, sendo de raça branca, 1.099; amarela, 16; preta, naturais da colónia, 27.248; doutras colónias, 26.206 e mestiços 1.368.

O número de navios entrados foi de 151 e saídos igual número, sendo a respectiva tonelagem de 851.417.

O número de passageiros entrados foi de 483 e saídos, 511.

O número de escolas primárias, é de 14 oficiais e 3 particulares em S. Tomé e no Príncipe, uma, sendo a população escolar de 1.204 alunos.

Em S. Tomé existem 42 hospitais, sendo 40 nas roças, e no Príncipe, 7, dos quais 5 nas roças.

Existem 272 quilómetros de estradas, 19 de caminhos de ferro, e 676 de caminhos de ferro Decauville (nas roças). A importação foi de 9.773 toneladas, no valor de 16.015 contos, e a exportação de 15.653 toneladas no valor de 32.127 contos.

A superfície de S. Tomé é de 850 quilómetros e a do Príncipe de 114 quilómetros.

O Governador de S. Tomé, comunicou terem regressado àquela colónia 164 degredados vindos de Moçambique e Angola.

## Guiné

Regressou da sua visita oficial ao interior da colónia, o sr. Governador da Guiné.

O Governador da Guiné, pediu para que seja concedida para 1936, a entrada na metrópole, sem distinção de classes, oito mil toneladas de arroz.

O Governo da Guiné, enviou 321 contos, para pagamento de várias aquisições que fez na metrópole.

Nos arredores de Bolama, a exemplo do que foi feito, com sucesso, em Bissau, vai ser construído um grande bairro indígena.

O terreno destinado ao bairro mede 900 metros de comprimento, aproximadamente no sentido de SE-NW, por 600 metros de largura, o que dá uma superfície de 54 hectares. Fica situado a cêrca de meia distância, entre a cidade de Bolama e o campo de aviação, e entre as vertentes do esteiro da "Casa Nova", e do esteiro da "Caboupa". É levemente acidentado, o que facilita, consideravelmente, os trabalhos de urbanização. Tem uma exposição magnífica, por ser banhado pelo sol por todos os lados. Será provido de amplas avenidas, lavadouros públicos e serviços de higiene. A povoação indígena será dividida em quatro bairros.

Foi encarregado o agrimensor sr. Luiz Duarte Pinho de fazer a implantação do referido bairro, que resolve um problema local sob o ponto de vista de higiene e assistência urbana.

O Governo da Guiné tomou providências para que não falte o arroz nos mercados regionais da colónia, dada a sua escassez e por tratar-se do alimento principal dos indígenas. Atribue-se a falta à circunstância de ultimamente, terem sido feitas importantes remessas de arroz para a Metrópole.

Por proposta do Governador da colónia, vai

assumir o cargo de chefe da Repartição dos Serviços de Administração Civil, o sr. capitão José Salvador Barreto,

❖ O Governador da Guiné, telegrafou ao sr. Ministro das Colónias, comunicando-lhe que a colónia cabo-verdeana residente na Guiné, que lhe fez entrega de uma exposição coberta de grande número de assinaturas pedindo para S. Ex.<sup>a</sup> autorizar a visita àquela colónia do Governador de Cabo Verde, por ocasião da ida ali do vapor "28 de Maio", que foi ultimamente adquirido para o serviço de cabotagem entre as ilhas do referido arquipélago, a fim de lhe expressar a sua lembrança das linhas do arquipélago, onde nasceram, afirmando mais a sua unidade ao Império Colonial.

❖ O Governador da Guiné, propoz para sub-chefe dos serviços da colónia o 1.º oficial sr. Gonçalves.

## Angola

O Governo de Angola pretende disseminar a criação de granjas agropecuárias, de forma a que não só junto de cada sede de circunscrição como de cada posto civil, seja instalada uma granja. Essas granjas destinam-se não só a fornecerem sementes seleccionadas aos indígenas, como aconselhá-los e guiar-los nas culturas a fazer, como também a dar e alimentação aos indígenas presos e igualmente alimentos aos que se empregam na construção e reparação de estradas.

As mencionadas granjas fornecerão ainda aos indígenas, por empréstimo, alfaias e maquinismos e reprodutores seleccionados para melhoria dos seus gados, de que resultará o desenvolvimento da agricultura e da pecuária indígena.

❖ Vai ser estudada pelos respectivos técnicos a rede dos caminhos dos caminhos de ferro de Angola no sentido de se levar a efeito o importantíssimo projecto de ligação ferro-viária das várias regiões da colónia e dos pontos onde a produção é maior com o litoral.

❖ O Conselho Superior das Colónias deu provimento ao recurso interposto pela Société Belge—Portugaise Pour l'Industrie et l'Agriculture de l'Angola, (Belpoort), com sede em Bruxelas, mandando que lhe seja restituído pela Fazenda de Angola o depósito que pedira para levantar ao Governo da Colónia, de 16.000 angolares, correspondente a 20.000 angolanos, efectuado pela recorrente para garantia do exclusivo que lhe havia sido concedido da indústria para fabrico mecânico de borracha de rizomas e preparação mecânica de borracha de fabrico indígena.

❖ A Associação Comercial de Benguela solicitou ao sr. Manuel Mesquita para a representar na Metrópole na qualidade de delegado da Direcção. O representante em Lisboa da Associação Comercial de Loanda é o sr. Freitas Ribeiro.

❖ Foi aberto um crédito na importância de 71.000,00 angolares destinado às despesas a fazer com pessoal e material, resultantes do funcionamento do Conselho e Secção de Estudos Económicos, sendo 36.000,00 angolares para o primeiro e restante para o segundo.

❖ Vai ser constituída em Silva Pôrto, (Bié), com capitais metropolitanos, uma empresa para a exploração da indústria da moagem e descasque do arroz.

❖ O Governo de Angola propôs para se proceder aos fabricos de que carece a draga em serviço no Lobito, visto ter de se fazer com urgência a dragagem no cais do referido pôrto, nos pontos que se encontram já um pouco açoreados, a fim de se evitar o seu completo açoreamento.

❖ As Câmaras Municipais do Huambo e do Cazengo, vão proceder a vários melhoramentos, sendo um

dêles o abastecimento de água potável e fornecimento de energia eléctrica, tendo sido autorizado pelo sr. Ministro das Colónias a isenção de direitos para o respectivo material.

❖ Passou a ter categoria de cidade, a antiga vila de Silva Pôrto, capital da Província do Bié. A nova classificação urbana, ratificada por um diploma legislativo do Governo da colónia, não modificou a denominação da povoação que continua perpetuando o nome do grande sertanejo angolano.

❖ O sr. Governador Geral de Angola determinou que no "Boletim Oficial", da colónia fôsem publicados telegramas, mensagens e documentos relativos à posição de Angola perante a situação política internacional com interesse histórico ou político.

❖ Foi autorizado o Governador Geral de Angola a abrir um crédito especial de Ags. 700.000,00, destinado ao pagamento das despesas da reconstrução do caminho de ferro de Loanda, aproveitando para contrapartida igual quantia a sair do saldo positivo da conta do exercício da colónia de Angola relativa ao ano económico de 1932-1933.

❖ O "Boletim Oficial", da colónia publicou um diploma regulando o combate aos acridios que tanto têm castigado as culturas. Para a execução do plano o território angolano foi dividido em nove zonas.

A primeira tem a sua sede em Loanda e abrange a província deste nome; a segunda em Malange e compreende esta província; a terceira, em Nova Lisboa, e abrange os distritos do Huambo e Benguela; a quarta em Silva Pôrto, Bié; a quinta, em Vila Luso, Moxico; a sexta, em Caconda, abrange as circunscrições e concelhos de Caconda, Quilengues, Quipungo e Ganguelas; a sétima, em Sá da Bandeira e compreende as circunscrições e concelhos de Lubango, Chibia, Gambos, Vila Arriaga e Mossamedes; a oitava, em Vila Pereira de Eça e abrange a área desta circunscrição, e a nona, em Novo Redondo e compreende o distrito do Quanza Sul.

❖ Vão ser reorganizados os Serviços de Saúde de Angola no capítulo assistência médica aos indígenas, criando-se ainda vários postos sanitários.

❖ O "Boletim Oficial", da colónia publicou uma portaria proibindo novamente o trânsito de pessoas e mercadorias a doso dos indígenas, nas estradas seguintes: Dalatando—Lucala—Quizenga—Cacuso—Matele—Zanga Cacolo—Calombe—Dalatando—Golungo Alto; Dalatando—Dondo—Cassoalala; Quizenga—Pungo Andongo; Camabatele—Quitaxe; Golungo Alto—Camame—Quingolo—Aldeia Nova; Golungo Alto—Cambondo; Quimbo—Bula Tumba—Golungo Alto—Cambondo—Loanda; Cambondo—Quilombo.

Exceptuam-se das disposições desta portaria as cargas que sejam transportadas pelos indígenas seus proprietários.

❖ Regressou de Angola, onde foi assistir à inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, em Loanda, o sr. contra-almirante Afonso Júlio de Cerqueira.

❖ Foi encarregado pelo Governo Geral de dispensar assistência técnica temporária, à Província do Bié, o médico veterinário de serviço em Nova Lisboa, sr. dr. Geraldo Loureiro.

❖ O engenheiro e chefe da Circunscrição das Obras Públicas de Nova Lisboa, sr. A. Marques Trindade, foi encarregado de proceder ao estudo e construção da nova ponte sobre o rio Cavaco, em Benguela.

A obra está orçada em sessenta contos e será iniciada em breve.

❖ Com o persistente combate ao gafanhotos em Angola, sabe-se que em algumas das regiões da colónia,

consideram-se salvas as culturas do milho e outros géneros e as do algodão.

❖ O mesmo governador pediu autorização para proceder à construção de um edifício com todas as condições requeridas, destinado a Manicómió, e cujo projecto e orçamento já foram aprovados pelas estações competentes da colónia.

❖ Por despacho do sr. Ministro, foi aprovado o quadro administrativo de Angola.

❖ A imprensa de Angola regista o facto de as acções da Companhia de Diamantes de Angola terem obtido na Bolsa de Londres a cotação de 22 xelins venda e 21 xelins e 6 dinheiros, compra.

Representa o facto, dizem, uma melhoria de cotação das acções da importante Companhia tão intimamente ligada à economia da colónia de Angola.

❖ Ao sr. Governador Geral de Angola, sr. coronel Lopes Mateus, foi pelo sr. dr. Damas Mora, filho, por ocasião da passagem em Loanda dos excursionistas do Cruzeiro de Férias entregue uma mensagem da União Nacional, que levara de Lisboa. Este acto proporcionou aos que nele intervieram preferir e radicar algumas afirmações de carácter político.

❖ O "Boletim Oficial", desta colónia publicou os Estatutos da Sociedade de Estudos de Angola, com sede em Loanda, cujos fins são os seguintes: Realizar e coordenar estudos de interesse nacional e universal; promover a divulgação de estudos e doutrinas e estabelecer um permanente intercâmbio intelectual com os centros culturais nacionais e estrangeiros—realizando palestras e conferências, publicando notícias, resenhas ou memórias e uma revista periódica, ao mesmo tempo que se propõe criar, manter e promover museus, bibliotecas, jardins de estudo, etc. A Sociedade compreenderá sócios efectivos, correspondentes, subscritores, beneméritos e honorários.

❖ Nas regiões essencialmente agrícolas de Angola, vão ser criados Sindicatos Agrícolas.

❖ Segundo comunicação recebida de Angola, o governo daquela colónia ordenou pelos postos de reprodução de sementes, fossem distribuídos viveiros de café em número suficiente para cada indígena viúdo, bem como viveiros de árvores frutíferas metropolitanas, obrigando-os a fazer as suas plantações e ensinando-lhes os primeiros cuidados a dispensar-lhes, desenvolvendo-se assim a cultura indígena e ao mesmo tempo apegando-os à terra, tirando dela o suficiente para viverem bem.

❖ Por iniciativa do sr. Governador Civil da colónia, está sendo organizada em Loanda, uma instituição de caridade denominada "Casa dos Pobres", para prestar assistência aos indigentes da capital. Foi feito um apêlo ao comércio e residentes, sendo cometido aos oficiais do Corpo de Polícia a arrecadação de donativos, direcção das obras de adaptação dum edifício na rua Direita do Bungo e direcção do estabelecimento, de carácter semelhante ao que o sr. coronel Lopes Mateus dotou Lisboa, quando comandante da Polícia, acabou com a mendicidade.

❖ Foi nomeado director interino, do Hospital de Loanda, o sr. dr. Valdemar Gomes Teixeira, em substituição do sr. Henrique Luiz Dória Homem Côrte Real, que deixou esse cargo e foi nomeado chefe de Repartição Distrital de Saúde e Higiene de Cabinda.

❖ Para sub-comissão técnica de automóveis, em Santo António do Zaire, foram nomeados os srs. José Nunes, José Mendes e Eduardo dos Santos.

❖ Foram publicadas duas portarias, concedendo o local de pesca denominado "Portugal", na baía de Caota, distrito marítimo da Capitania do Pôrto do Lobito

ao industrial sr. António Rodrigues; e à Parceria de Pesca Limitada, de Pôrto Alexandre, o local de pesca conhecido por "Esperança", situado naquela vila, distrito marítimo da Capitania do Pôrto de Mossâmedes.

❖ Precedendo concurso, foi nomeado e tomou posse do cargo de secretário da Câmara Municipal de Loanda o sr. José Dias dos Santos Nobre, tenente do exército com o curso da arma, bacharel em direito e diplomado pela Escola Superior Colonial. Ao concurso concorreram sete diplomados.

❖ Por um diploma legislativo foi determinado que passe a "comissão civil", o pessoal militar que faz serviço no Corpo de Polícia de Segurança Pública de Loanda, e nele deseje continuar; devendo os encorporados que quiserem manter-se em "comissão militar", pedir dispensa do serviço da Polícia, a qual lhe será concedida dentro de seis meses, conforme se for effectivando a reorganização do referido Corpo de Polícia.

❖ Foi oficialmente determinado que passe a ser adoptada para ensino nas escolas primárias da colónia, a "Corografia de Angola", de que é autor o professor oficial, sr. Adriano da Costa Mendes.

❖ Em vista do aumento de exportação de gado angular, têm-se inserido ultimamente vários indivíduos e entidades, como criadores de gado, ao abrigo do diploma legislativo n.º 623, de 22 de Setembro de 1934, que lhes dá várias garantias, entre elas isenção de direitos para os soros, vacinas e os agentes profiláticos que importarem, fornecimento gratuito de análises, que pedirem aos respectivos laboratórios, assistência veterinária gratuita, bonus para a compra de maquinaria utilizável na indústria animal, no transporte de reprodutores e na aquisição dos mesmos e no de sementes forrageiras, e gratuitamente os croquis e plantas, para quaisquer instalações da sua indústria, etc.

Também ao criador de gado será dado um prémio anual, constituído por animais dos núcleos de venda dos estabelecimentos zootécnicos dos serviços veterinários e pecuários da colónia.

❖ O Ministério das Colónias expediu instruções para que se effectuem, com urgência, as promoções de cinco primeiros, oito segundo e sete terceiros oficiais do quadro dos Correios e Telégrafos de Angola, conforme foi oportunamente proposto por uma comissão nomeada para esse fim.

❖ A direcção dos Serviços de Veterinária e Pecuária da colónia de Angola, distribuiu pelas delegações de Sanidade Pecuária um boletim, para ser devidamente preenchido, sobre as doenças contagiosas, a localização das mesmas, as rezes abatidas e sobre os animais rejeitados e as causas das rejeições.

❖ O professor belga Adam pediu ao Governo português, autorização para ir caçar mamíferos, em Angola.

❖ O Governo de Angola, propôs para serem renovadas as nomeações interinas de alguns funcionários da Pecuária e Veterinária.

❖ De Angola pedem para o Grémio do Milho promover a colocação da última colheita daquele cereal.

❖ Os presidentes da Câmara Municipal e das Associações Comercial e dos Empregados comerciais do Bié, representando as actividades e a população do Bié, telegrafaram ao sr. Ministro das Colónias, ponderando a S. Ex.ª os inconvenientes graves que resultarão para a economia de uma das regiões mais férteis e colonizadas de Angola, a extinção da Agência do Banco na cidade de Silva Pôrto, determinada por motivos que desconhecem, solicitando em nome dos interesses da colónia que seja mandada sustar essa determinação até à chegada a

Lisboa de uma exposição devidamente fundamentada que vão enviar ao sr. dr. José Bessa.

❖ O Governador Geral telegrafou ao sr. Ministro das Colónias, que a Câmara Municipal do Cazengo, aprovou por unanimidade que a vila Delatando passe a denominar-se Vila Salazar.

❖ O diploma legislativo n.º 751, publicado no "Boletim Oficial", restabelece as disposições orgânicas e regulamentares da indústria e comércio do pão na colónia.

❖ Foi nomeado o coronel sr. Joaquim Tôrres, comandante militar de Angola para proceder a uma inspecção extraordinária à administração dos hospitais de Loanda.

❖ Na província de Benguela e por iniciativa do respectivo governador, vai ser organizado um Conselho de assuntos económico, que será presidido pelo Director dos Caminhos de Ferro de Benguela.

❖ Esteve em Angola, em digressão de carácter técnico o engenheiro geólogo sr. J. Otto Haas, chefe da Missão de prospecção de Setroles (África Equatorial Francesa). Depois de ter estado em Loanda, fez uma viagem ao sul da colónia acompanhado pelo engenheiro sr. Fernando Mouta, chefe dos serviços geológicos de Angola.

❖ Foi encerrada a estação telégrafo postal dos Gambos, e criado o serviço de valores declarados na estação telégrafo-postal de Gabela.

❖ O Governador de Angola pediu para que seja prorrogado o prazo do serviço prestado ao Estado pelos aspirantes interinos da Fazenda, até que se faça a remodelação do respectivo quadro.

❖ O movimento marítimo no porto de Loanda, de 1 de Janeiro a 30 de Agosto último, foi de 93 vapores portugueses e 29 estrangeiros.

Em 1952 o movimento em relação ao mesmo período de tempo, fôra inferior em 12 navios portugueses e 10 estrangeiros.

❖ Foi determinado que aos professores dos liceus da colónia de Angola seja paga a gratificação de 23 angolares por cada hora de serviço extraordinário.

❖ Foi concluída em Loanda, mais uma câmara de expurgo para cereais, com a capacidade para vinte toneladas.

❖ Foi publicada uma portaria no "Boletim Oficial", distribuindo uma verba de 150 contos, do Orçamento Geral da Colónia, às seguintes Câmaras Municipais:

Loanda, 16.000,00; Benguela, 10.000,00; Lobito, 15.000,00; Novo Redondo, 6.000; Huambo, 15.000,00; Bié, 35.000,00; Sá da Bandeira, 6.000,00; Mossâmedes, 4.000,00; Malange, 21.000,00.

❖ O Laboratório das Indústrias Farmacêuticas dos Serviços de Saúde e Higiene de Angola, preparou de Julho de 1954 a Julho de 1955: 1.680 frascos de sais de frutos; 121.800 gramas de tinturas diversas; 3.923 bisnagas de vaselina esterilizada e 718 balões de soro fisiológico. O Laboratório das Indústrias Farmacêuticas teve o rendimento de 187.920,00 angolares no espaço de 12 meses.

❖ O Governador Geral de Angola, pediu a remessa de 1.250 contos para serem distribuídos pelos sinistrados vítimas das pragas de gafanhotos, a fim de fazerem as novas sementeiras.

❖ O Governo da colónia autorizou a Repartição Central dos Serviços de Saúde e Higiene a adquirir rádio de origem nacional até ao montante de Ags.: 39.167,05.

❖ O sr. Governador Geral de Angola, chamou a atenção do sr. Ministro das Colónias para a falta que estão fazendo na colónia médicos veterinários. Encontram-se já duas províncias sem a sua assistência.

❖ Do Lobito pedem a criação, ali, de mais uma ou

duas escolas primárias em virtude de a respectiva população ter aumentado consideravelmente; e a regularidade na manutenção da professora na única escola que ali funciona.

❖ O Governo Geral de Angola está disposto a criar, nos principais centros produtores, escolas práticas agrícolas, destinadas, especialmente, aos indígenas.

❖ O Governo de Angola, propôs que sejam mantidos por mais algum tempo os faroleiros interinos em vista da grande falta que há de pessoal habilitado.

O mesmo governador enviou um programa de reorganização dos serviços de farolagem na referida colónia.

❖ O Governador de Angola, vai enviar muito em breve ao sr. Ministro das Colónias algumas propostas de reorganização de serviços, a fim de serem apreciadas e aprovadas superiormente.

❖ O mesmo alto funcionário comunicou que verificadas as contas da gerência de 1953 e 1954, existe um saldo de 7.504.243,13 angolares.

❖ Foi exonerado do serviço da marinha privativa da colónia de Angola, onde exercia o cargo de capitão dos portos, o primeiro tenente Horácio de Faria Pereira.

❖ O Governo de Angola está procedendo aos necessários estudos, para a solução do magdo problema, relativo à assistência ao indígena, a fim de que esta seja mais intensa, projectando a criação de aldeamentos e construção de estradas para haver mais fácil acesso a essas aldeias, no intuito dos socorros médicos serem mais rápidos.

❖ Deixou o cargo de capitão do porto de Mossâmedes, o 1.º tenente sr. Cesar Barbosa, que se apresentou por esse motivo, no Ministério das Colónias.

❖ Para capitão do porto de Loanda, foi escolhido o 1.º tenente sr. Américo Cabral.

❖ Foram aposentados o condutor de 1.ª classe de Obras Públicas, sr. Reinaldo Cândido de Figueiredo e o condutor de 1.ª classe dos C. F., sr. Artur Judice da Costa Carneiro, funcionários muito antigos na colónia.

❖ O Governador Geral de Angola, no intuito de desenvolver a exportação de carne congelada, tenciona mandar construir frigoríficos destinados especialmente à congelação de carnes, cuja exportação proibiu, em consequência da colónia não possuir frigoríficos.

❖ Foram ouvidas as estações competentes do Ministério das Colónias acerca da sugestão apresentada pela companhia do caminho de ferro de Benguela sobre a venda e subrogação das suas obrigações.

## Moçambique

Segundo o último censo da população, realizado este ano, foi apurado viverem no território de Manica e Sofala 3 978 europeus. São portugueses 2 665. Seguem-se em número, os subditos britânicos, que somam 808. Dentre os restantes estrangeiros o maior número depois é de nacionalidade grega, 209. Os subditos italianos eram em número de 81, mas recentemente, por motivo da guerra, alguns ausentaram-se da colónia.

❖ Foi temporariamente encerrada a estação rádio de Inhaca (C. R. A. L.).

❖ Uma "ordem", do Governo do Território da Companhia de Moçambique, publicada no respectivo "Boletim", do Território, fixa a taxa do alcool puro que se destina a ser empregado em laboratório ou ao fabrico de bebidas alcoólicas no Território.

❖ O Governo de Moçambique, vai montar instalações completas para a descasque e beneficiação de arroz de produção indígena, fornecendo aos indígenas sementes seleccionadas, no intuito de desenvolver na colónia

essa cultura, pois Moçambique importa anualmente da Índia, cerca de sete milhões de quilos de arroz, no valor de 5.500 libras.

❖ Na referida colónia, também se está promovendo o desenvolvimento da cultura do algodão, fornecendo gratuitamente os meios aos indígenas para a sua intensificação.

❖ Foi aberto concurso para chefe de secretaria, condutor técnico (engenheiro auxiliar ou agente técnico de engenharia) e superintendente da Central Eléctrica (engenheiro electricista), da Câmara Municipal da Beira, há pouco criada.

❖ Foram postas em circulação, pelo Banco Nacional Ultramarino, as antigas notas de uma libra, com a sobrecarga de 100 escudos, que circularão conjuntamente com as actuais notas de 100\$00, da emissão "Chamigo".

❖ Os fundos existentes nos diversos cofres desta colónia somavam em 21 de Setembro findo: 60.982.000\$00 e £ 94.046. Na semana anterior 54.119.000\$00 e £ 73.526.

❖ Por uma portaria publicada no "Boletim Oficial", foi concedida à Missão Inglesa de Maciene, a título precário, a ocupação de um terreno situado no concelho de Gaza, distrito de Lourenço Marques, para a construção de uma escola.

❖ Foram reabertas as estações telégrafo-postais de Nacaroa e Chalaua, do distrito de Moçambique.

❖ A imprensa de Lourenço Marques quando teve notícia de ter sido agraciado com a "Ordem do Império Colonial", o sr. coronel José Cabral, Governador Geral da colónia, comentou o facto com justa satisfação, tendo alguns jornais, em artigos, salientado a acção administrativa do agraciado. Pelo mesmo motivo muitas entidades oficiais e pessoas representativas do meio social da capital da colónia foram pessoalmente ao Palácio do Governo felicitar o sr. Governador Geral, que de vários pontos da colónia recebeu também telegramas de felicitações.

❖ A Câmara de Comércio de Lourenço Marques elegeu o sr. L. S. Skeels para o cargo de delegado daquela Câmara junto do Direcção da Associação das Câmaras de Comércio da África do Sul.

❖ Segundo comunicação recebida de Moçambique pelo governo daquela colónia, foi ordenada à direcção dos serviços agrícolas da colónia, para fornecer maiores quantidades de sementes de arroz, pois essa cultura tende, como já dissemos, a desenvolver-se, visto o entusiasmo do indígena em a promover, pois ficou satisfeitíssimo com o resultado obtido nas primeiras feiras daquele produto que se realizaram em várias regiões de Moçambique.

O indígena apresentou à venda já uma quantidade apreciável de arroz, mas com um preço tão elevado que o particular recusou comprá-lo, tendo então o Governo deliberado comprar todo o arroz exposto à venda, medida esta que deu um magnífico resultado, levando o indígena a alargar a sua cultura.

❖ Foi concedida a aposentação ao antigo director dos Serviços Aduaneiros desta colónia, sr. Marino Andrade da Fonseca.

❖ O "Boletim Oficial", de Moçambique, publicou um diploma legislativo abrindo um crédito extraordinário da quantia de 250.000\$00, para pagamento das despesas a realizar com a campanha anti-acridiana.

❖ A Câmara Municipal resolveu mandar arborizar o aterro da Machaquene, melhoramento que está sendo feito de harmonia com a planta de urbanização. Os trabalhos são executados por indígenas fornecidos pelo Comissariado da Polícia.

❖ Conforme aviso da Repartição Técnica dos Correios e Telégrafos, encontram-se encerradas, tempo-

riamente as estações telégrafo-postais de Mucojo e Metuge, do distrito de Porto Amélia.

❖ A Société Minière et Oéologique du Zambeze, requereu o registo em seu favor, de um jazigo de ferro que encontrou na região de Mamavila, em Tete.

❖ A Casa da Metrópole em Lourenço Marques, passou a funcionar num edifício amplo, onde esteve em tempo a Companhia Portuguesa do Ultramar.

❖ Para um edifício expressamente construído na rua Araújo foi transferido o escritório central dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, que vinha funcionando, há cerca de dois anos, num armazém da ponte-cais, junto à doca da Capitania do Porto. No prédio, de belo aspecto e construção, serão também, brevemente, instalados os serviços de saúde dos mesmos caminhos de ferro e a "secção de taxas", da estação de Lourenço Marques "M".

❖ À firma A. Cruz, Limitada, foi autorizada uma concessão para a exploração de madeira de "mecrusse", numa área de 200 hectares, situada na circunscrição de Homoine.

❖ O Governo de Moçambique, propôs a promoção a coronel do tenente-coronel médico, sub-chefe dos serviços de saúde da colónia, sr. dr. Bizarro Assunção.

❖ O Governo da Companhia de Moçambique aprovou uma organização que cria uma policia de trânsito no território de Manica e Sofala. A sua função principal consiste na fiscalização do trânsito, na manutenção da disciplina, na marcha dos veículos e, dum modo geral, na fiscalização do rigoroso cumprimento das disposições do código de estradas.

Foram-lhe também cometidas atribuições sobre todas as transgressões de preceitos legais, relativos a utilização, conservação e sinalização dos caminhos.

❖ O Almojarifado de Fazenda de Lourenço Marques fez distribuir uma circular, marcando para o próximo dia 23 de Dezembro, duas arrematações para o fornecimento de duas instalações, uma na Vila de Inhambane e outra na Vila de João Belo, para o descasque e beneficiamento de arroz, sua montagem e construção das fundições para as mesmas, bem como materiais de construção para os respectivos edificios.

❖ O "Boletim", n.º 18, de Setembro, do Governo do Território da Companhia de Moçambique, publica a relação do pessoal ao serviço da Companhia em África, compreendendo o superior, o que presta serviço nas diversas repartições oceánicas da Beira, o das circunscrições e do quadro auxiliar.

❖ Pela Direcção da Associação dos Proprietários de Lourenço Marques, já foram entregues ao Governo Geral da colónia, as alterações aos seus Estatutos criando a secção de Seguros Mútuos, para se sujeitar à sua aprovação.

❖ Foi já aprovada a construção e o respectivo orçamento, de um edificio em Lourenço Marques, para nele serem instaladas várias repartições públicas, que se encontram instalações provisórias, edificio que constará de seis andares, conforme o projecto a que em tempos nos referimos.

❖ A Câmara Municipal da Beira, deliberou, por aclamação, dar o nome de Manuel António de Sousa, a uma das praças da Beira, que já foi escolhida em frente da Estação Ferro-Viária.

❖ Recomeçaram, com grande actividade as obras de barragem ao longo do rio Incomati que a firma Maracucene e Comercial Lt.ª anda fazendo na sua propriedade da Maciana, (Manhiça).

❖ Segundo um aviso da Direcção dos Serviços Aduaneiros, foi adoptada provisoriamente, em toda a

colónia, a pauta mínima para a cebola e ovos, e nos distritos de Lourenço Marques e Inhambane a pauta máxima para a batata

❖ A Liga de Defesa de Moçambique, associação absolutamente estranha a questões políticas ou de credos religiosos, albergando no seu seio, portugueses de tôdas as categorias sociais e credos políticos e religiosos, enviou um extenso officio ao sr. Ministro das Colónias, protestando contra o boato absurdo relativo às nossas colónias,

❖ Num dos números do "Boletim Oficial", da colónia vem publicada a distribuição das verbas inscritas no orçamento para o Conselho Superior de Viação. As despesas com o pessoal e funcionamento do Conselho Superior de Viação atingem 648 contos. Além desta verba são destinados 58 contos a carros e motos da policia de trânsito, 200 contos à sinalização de estradas, sendo 80 para Lourenço Marques e 120 contos para aquisição de um carro tanque para a arborização de estradas, reparação de veículos, etc.

❖ O Governador Geral da colónia de Moçambique foi autorizado a abrir um crédito especial da importância de 15'000\$00, destinada ao pagamento, durante o ano económico corrente, dos vencimentos dum aspirante do extinto quadro dos negócios indígenas, na situação de adido fora do serviço.

❖ A Companhia de Moçambique tornou público que as receitas alfandegárias do pôrto da Beira durante o mês de Julho, foram de £ 26.900, contra £ 24.334 no mesmo mês de 1934.

❖ Pelo Ministério das Colónias foi aprovada a dotação de 2 500 contos destinada a assistência aos indígenas de Moçambique, no ano económico de 1935-1936.

❖ Foi determinado desligar do serviço para efeitos de aposentação, o director dos serviços de administração civil da colónia de Moçambique, o bacharel Mário Teixeira Malheiros.

❖ Os agricultores de Mansingire (Zambézia) enviaram um rádio para Lisboa informando que vão enviar ao sr. Ministro das Colónias, por intermédio do Governador da Província, pedindo que o Grémio dos Importadores de Algodão só seja organizado depois de ouvidos os produtores e exportadores de Moçambique.

❖ O pessoal dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, promoveu uma manifestação de simpatia ao seu director, o sr. engenheiro Pinto Teixeira, quando este reassumiu as suas funções, de que esteve afastado durante algum tempo por motivo de doença. Na Sala do Conselho da Direcção foi descerrado um retrato do homenageado, que ali fôra colocado momentos antes da cerimónia, que constou de alguns discursos de saudação e cumprimentos.

❖ Os jornais recebidos de Moçambique, na última mala, registavam um movimento considerável no pôrto de Lourenço Marques, noticiando que diariamente alguns navios aguardavam ocasião para atracar ao extenso cais esperando a sua vez.

❖ O comandante José Cardoso pediu a demissão do cargo de representante da colónia de Moçambique na primeira conferência económica do Império Colonial Português. O seu lugar será tomado pelo sr. M. Barros Gomes, representante em Lourenço Marques da Sena Sugar Estates.

❖ O sr. Governador Geral determinou a criação de "salas de estudo", no Liceu Central de Salvador Correia, a exemplo do que se vem fazendo na Metrópole com grande aproveitamento dos alunos.

❖ Por ter deixado o cargo que exercia na colónia de Moçambique, vai regressar ao serviço da Armada, o 1.º tenente sr. Sarmiento Rodrigues.

❖ Retiram nos fins do corrente mês para Lisboa, a Missão Geográfica que se encontra em Moçambique, nos trabalhos de campo, chefiada pelo capitão-tenente engenheiro-hidrógrafo, sr. Baeta Neves, e a Missão que está procedendo à delimitação das fronteiras de Moçambique com a Rodésia do Sul, chefiada pelo tenente-coronel sr. Jorge Castilho, que vêm executar trabalhos de gabinete.

❖ Foi autorizado o Governador de Moçambique a abrir um crédito especial destinado ao pagamento dos vencimentos atribuídos ao pessoal em serviço no Liceu 5 de Outubro, de Lourenço Marques.

❖ Conforme em tempo noticiámos, fôra aprovada a verba de 3.000 contos, destinada a novas instalações no hospital principal de Lourenço Marques. Dessa verba foi distraída a quantia precisa à construção de uma maternidade para indígenas, que comportará por enquanto cinquenta camas, pois é construída de molde a poder-se aumentar com mais um andar.

Para esse fim foi criado especial de enfermeiras para tratamento das parturientes, tendo já algumas raparigas indígenas começado a receber lições práticas no referido hospital.

❖ Foi recentemente estabelecida uma carreira de camiões entre Umtali e Tete.

❖ A Blue Star Line vai principiar a fazer carreiras para a África com navios rápidos de carga. O primeiro destes navios, o "Imperiar Star", chegou à Beira o mês passado, tendo carregado em Glasgow e Liverpool. Esta carreira será feita dez vezes por ano.

Da Beira os navios seguirão para a Austrália, onde carregarão frescos, regressando a Inglaterra via Canal Suez.

❖ Por uma portaria publicada no "Boletim Oficial", foi autorizada a Junta Oficial de Inhambane a reduzir os preços da água e da energia eléctrica.

❖ Para promover uma subscrição destinada a angariar fundos que permitam a construção na Beira de um monumento ao valoroso coronel Manuel António de Sousa, foram autorizadas duas comissões, uma de propaganda, que se compõe dos srs. Octávio Lobato de Faria, Florêncio Monteiro, Costa Rodrigues, J. M. Fernandes e R. Pedro Fernandes estes dois últimos tesoureiros; e outra executiva, cuja presidência foi cometida ao sr. Basílio Xavier do Rego.

❖ Foi concedida isenção de franquia para a correspondência expedida pelo Director da Casa da Metrópole nesta cidade, adentro da colónia (parte administrada pelo Estado), e endereçada.

❖ A Repartição Técnica de Agricultura promoveu a publicação dum comunicado acerca das pragas de gafanhotos que infestam várias regiões da colónia, informando que o Norte se apresentou quasi limpo de acridios; a região central, com alguns bandos, que se moviam sem orientação definida; porém, no Sul da colónia, era manifesta uma maior quantidade de bandos, que pairavam nas margens dos rios Maputo e Limpopo. Afirma-se, todavia, que a situação geral era melho do que em igual época do ano passado.

❖ Foi negada autorização à Câmara de Lourenço Marques para cobrar a percentagem sobre um imposto indígena do distrito de Lourenço Marques, como pretendia, em virtude dos indígenas de fora do concelho não gozarem dos melhoramentos que a mesma realiza naquela cidade.

❖ Vão ser alteradas as taxas do imposto de consumo, do tabaco em Moçambique, devendo ser presente ao Governo Central uma proposta relativa ao fabrico e exportação do referido produto.

❖ A Sociedade Colonial Luso-Luxemburguesa requereu autorização para estabelecer mais quatro fábricas de descaroçamento e prensagem de algodão na província da Zambézia, Moçambique, nas regiões onde essa cultura tem tido maior desenvolvimento.

❖ Foram criados os lugares de amanuense da delegação da Procuradoria da República junto do juízo cível e comercial da mesma comarca atendendo ao que propôs o Governador Geral de Moçambique sobre a necessidade, não só para o Estado como o público de tornar mais rápidos os serviços da Conservatória do Registo Predial da comarca de Lourenço Marques.

❖ Pelo sr. almirante Magalhães Corrêa, governador do território de Manica e Sofala foi suggestionado à Comissão dos Padrões da Grande Guerra, para de acôrdo com o Conselho de Administração da Companhia de Moçambique ser construído um monumento aos mortos da guerra na cidade da Beira.

❖ Deixou de prestar de serviço em Moçambique como comandante da lancha canhoneira "Tete", da marinha privativa da colónia, o 2.º tenente sr. Diogo de Melo e Alvim.

❖ O Governador Geral de Moçambique revogou a portaria n.º 2.475, de 15 de Maio último, que proibia provisoriamente a saída de sal em exportação e cabotagem, no distrito de Moçambique.

❖ Vão ser reorganizados os serviços da Fazenda da colónia de Moçambique, bem como o respectivo quadro.

❖ Segundo comunicação recebida de Moçambique, continuam avançando os trabalhos de construção do caminho de ferro de Moçambique, entre os quilómetros 200 a 376, cujo projecto e respectivo orçamento foram em tempos aprovados.

❖ Recomeçaram as obras, que estavam paralizadas do padrão da Grande Guerra em construção em Lourenço Marques. O motivo da suspensão dos trabalhos foi devido à demora na remessa do material para o bloco superior do monumento, feito em cantaria, que o vapor "Niassa", levou da Metrópole.

❖ A firma A. Salvado da Costa Lt.ª requereu uma concessão para a exploração de madeira conhecida botanicamente por *Androstachys johnsonii* e vulgarmente por *Mercrusse* ou *Chimbitre*, numa área de 5.000 hectares situada em terrenos de circunscrição do Chibuto.

❖ O "Boletim Oficial", da colónia publicou diplomas determinando que só haja conservatórias do registo civil nas capitais das províncias em vez de em todos os distritos; determinando que as juntas locais de António Enes e Ibo fiquem abrangidas pela disposição da lei que concede às juntas locais o direito à percentagem de 20 por cento sobre os direitos de importação; e determinando que nos Institutos "João de Deus", e "Mousinho de Albuquerque, na Namancha, se ministre aos educandos, a par do ensino primário elementar, uma preparação prática para a vida, e estabelecendo regras para a admissão do pessoal docente.

❖ A construção do caminho de ferro de Magdeburg-Limpopo atingiu já a margem do Incomati.

❖ Foi proporcionado aos soldados indígenas da guarnição de Lourenço Marques verem alguns documentários cinematográficos reproduzindo assuntos militares da Metrópole, sendo a exibição acompanhada duma explicação feita por um graduado europeu.

❖ O "Boletim Oficial", desta colónia publicou um aviso da Repartição Técnica de Agricultura, determinando que é permitida a importação e trânsito nos territórios desta colónia sob a administração directa do Estado, dos frutos de todas as espécies de citrinas provenientes dos

territórios de Manica e Sofala, desde que sejam acompanhados de documento passado por um funcionário da Repartição de Agricultura daqueles territórios, atestando que não estão atacados pelo cancro das citrinas, "Phytomanes citri", nem provêm de região infestada.

❖ Pelo Conselho Superior das Colónias foi concedido provimento ao recurso interposto pelo juiz de direito da comarca de Moçambique, dr. José Manuel Pilar, dos despachos do Governador Geral e encarregado do Governo desta colónia, em 1933, negando a liquidação, de ajudas de custo por correições e inspecções aos julgados da comarca.

❖ Um alvará publicado no "Boletim Oficial", desta colónia, concedeu licença, pelo prazo de dez anos, ao sr. Manuel Pereira Aredes, para explorar, no distrito de Lourenço Marques, o desporto das corridas de galgos com apostas, obrigando-se o concessionário a pagar anualmente as licenças exigidas pelo regulamento da contribuição comercial e industrial, a pagar o imposto à Comissão Central de Assistência Pública a percentagem de 5 por cento da venda dos bilhetes para a entrada no recinto das corridas e 2 e meio por cento sobre a importância dos bilhetes das apostas vendidos.

❖ A Comissão Municipal de Nampula, resolveu dar o nome de Avenida Major Neutel de Abreu, à grande e bela avenida principal da vila. A Municipalidade presta assim homenagem ao oficial que montou o primeiro posto militar nesta terra, e que é um dos heróis da pacificação do distrito.

❖ As instalações frigoríficas do Entrepasto de Matola abandonadas há muitos anos, foram, recentemente, submetidas a uma rigorosa vistoria, dirigida pelos engenheiros, chefe e adjunto do Serviço de Tracção e Oficinas dos Caminhos de Ferro, para serem utilizadas na refrigeração de carne para exportação. Dêsse exame resultou serem feitas melhorias e beneficiações às referidas instalações a fim de serem postas a trabalhar em experiência para então se poder apreciar a sua eficiência.

❖ Em Moçambique vai ser criada uma escola agrícola.

❖ Em virtude do aumento de exportação de laranjas da colónia de Moçambique tanto para a Metrópole como para o estrangeiro, têm sido plantadas ultimamente na colónia algumas dezenas de milhar de árvores de diversas variedades de citrinas.

No distrito de Lourenço Marques a exportação tem aumentado muito, bem como noutros portos, visto o sistema de empacotamento estar hoje muito aperfeiçoado na colónia, só sendo exportada perfeitamente conservada.

❖ O vapor "Atlantic", procedente da América, descarregou recentemente em Lourenço Marques um carregamento de 4.340 carris de aço e 880 atados de ecluses com o peso total de cerca de 1.600 toneladas, que se destina ao Caminho de Ferro de Quelimane. Este material ferroviário foi depois baldeado neste porto para bordo do vapor costeiro alemão "Rufidji", que o transportará ao seu destino.

## Índia

O Governador da Colónia, em cumprimento da Nova Reforma Administrativa Ultramarina tem promovido a reunião de governadores e administradores na sala dos Conselhos do Governo,

❖ Foi regulado o serviço de leitura na Biblioteca Nacional Vasco da Gama, de Nova Gôa, sendo suprimido o funcionamento aos domingos e dias feriados. O conservador da mesma biblioteca passará a fazer obrigatoriamente serviço nocturno, presidindo à sala de leitura, me-

diante a gratificação de duas rúpias "por cada dia útil de trabalho noturno.

• Foi deixado o cargo de presidente da Relação da Índia, o desembargador sr. dr. Soares Campos, por ter sido julgado incapaz do serviço.

• Foi publicado um decreto determinando que no caso de vacatura, como na falta ou impedimento de qualquer professor da escola anexa à Escola Normal de "Luiz de Camões", no Estado da Índia, só possa ser nomeado professor do quadro do magistério primário com mais de sete anos de bom e efectivo serviço, apurado em concurso documental.

• Uma portaria do Governo Geral aprovou a remodelação dos vencimentos do pessoal do Azilo dos Alienados de Chimbel.

• Foi nomeado presidente da Comissão de Fomento Agrícola e Industrial, em substituição do 1.º tenente de marinha, engenheiro hidrográfico, sr. Ernesto da Fonseca Loureiro, o tenente de infantaria sr. António Gonçalo Torgal.

• Há o propósito de efectuar na fortaleza de Diu as obras necessárias para a sua adaptação a depósito de degredados. O pessoal empregado naquele depósito, será constituído por um capitão, que desempenhará as funções de comandante; um tenente, um secretário, um médico, um enfermeiro, um professor e mestres das oficinas a criar.

• Uma portaria do Governo Geral aprova a remodelação dos vencimentos de categoria e exercício ao pessoal da secretaria do Hospital e Recolhimento da Santa Casa da Nisericórdia de Nova Gôa.

• O sr. Ministro das Colónias autorizou o governo da Índia a abrir concursos para o preenchimento de vagas para terceiros e segundos oficiais da Fazenda.

• Foi mandado ouvir o Conselho Superior das Colónias, acêrca do projecto para passar para o Estado toda a despesa com o material e pessoal destinado às instalações rádio-telegráficas e sanitária marítima do Estado da Índia.

• No dia 4 do corrente foi inaugurada na cidade de Mapuçá a Central Eléctrica da concessionária "The Bardez Electric Supply & Co. Ltd.", que promoveu uma brilhante festa comemorando o acto.

De Nova Gôa foi expressamente o sr. Governador Geral e individualidades oficiais.

No acto inaugural discursaram um representante da "Bardez Electric", sr. Armindo de Gouveia Pinto, o sr. Presidente da Câmara e o sr. general Craveiro Lopes, que manifestou a sua satisfação por, em curto prazo de tempo, presidir a dois actos semelhantes: a inauguração da instalação eléctrica em Margão e agora em Mapuçá, felicitando a população do concelho de Bardez pelo alto benefício recebido.

No edifício da Câmara Municipal realizou-se depois uma ceia e um baile, que decorreu animado até de madrugada.

A montagem da rede de distribuição na extensão de sete milhas aproximadamente, foi apenas de quatro meses. A "Bardez Electric", projecta estender o fornecimento de energia eléctrica às aldeias limítrofes.

• Foi solicitado ao Governo o regresso à Índia dos condenados indianos que estão cumprindo penas na fortaleza de S. Sebastião de Moçambique, a exemplo do procedimento havido com os degredados naturais de S. Tomé e Príncipe, que foram repatriados.

• Um diploma legislativo alterou algumas disposições do vigente Código das Comunidades em relação a algumas comunidades de novas conquistas e revogou outras a fim de serem beneficiados os terrenos incultos actualmente na posse das referidas comunidades.

• Pelo sr. Governador do Estado da Índia foi inaugurado em Margão, o novo edifício da Escola Modelo de Educação Femenina.

• Foi inaugurada a nova povoação do Calém, com a assistência do Procurador da República. A população enviou uma mensagem ao Governador Geral agradecendo a concessão gratuita da madeira e telha para a construção das habitações e trabalhos de abertura de poços para abastecimento de água.

• O quadro do professorado primário oficial do Estado da Índia foi aumentado com mais vinte lugares de professores.

Em portaria, sob proposta da Repartição de Instrução Pública e da secção permanente do Conselho do Governo, o Governador Geral determinou as escolas que devem ser reforçadas com mais um professor, cada uma, segundo as necessidades do ensino.

• A companhia de vapores que fazia carreira diária entre Nova Gôa e Bombaim, suspendeu o trafego entre os dois portos.

• Foi aberta uma estação telégrafo-postal em Quirampanim, concelho de Perném, e outra em Birondem, concelho de Satari, as quais desempenharão, além do serviço telegráfico nacional e internacional, o de correspondências postais ordinárias e registadas.

• A estação postal de Quelandém concelho de Satari, passou a designar-se estação postal de Querim.

• Foi encerrada a estação postal de Cotorém, do concelho de Satari, Estado da Índia.

• Foi reaberta a escola agrícola de Sanguém.

• Foi aprovada a reorganização da Escola Normal do Estado da Índia, cujo curso será conatituído pelas cadeiras de Pedologia, Pedagogia e Didáctica; Higiene geral, escolar e Educação Física; Modelação, trabalhos manuais, educativos e música, havendo trabalhos de costura para as alunas.

O referido curso será de dois anos.

• Foi louvado, pelas missões que desempenhou no Estado da Índia, o 1.º tenente de marinha, engenheiro hidrográfico Ernesto da Fonseca Lourenço. Entre outros serviços, revelou o funcionário distinguido pelo Governo Geral, especial dedicação e proficiência ao levantamento e rectificação da carta hidrográfica de Mormugão, tendo promovido também acção relevante na Repartição de Agrimensura.

• Consta que vão ser postas em circulação moedas de cupro-níquel, frações da rúpia.

• Vai ser criado no Estado da Índia, um Montepio Oficial para os servidores daquele Estado, com a competente autonomia.

• Os indo-portugueses residentes no território da Índia Inglesa renovaram os seus pedidos duma redução das tabelas consulares, para lhes ser permitido continuar ali as suas ocupações e misteres, lembrando que muitas famílias residentes na Índia Portuguesa auferem subsídios por êles enviados. Este assunto foi submetido à apreciação do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

• O Governo da colónia aprovou, em portaria, o orçamento especial do Fundo do Fomento para o corrente ano de 1935-36.

## Macau

Foi determinado, por portaria ministerial, que de futuro, nos recenseamentos eleitorais para a Presidência da República, só sejam inscritos os naturais da colónia que saibam ler e escrever português e que provem a nacionalidade portuguesa.

• Foi reconduzido por mais uns anos como direc-

tor das Obras Públicas de Macau, o sr. major Ferreira da Silva Júnior.

☛ O Governo de Macau, propôs que seja publicado um novo regulamento sobre a concessão de terrenos naquela colónia.

☛ Por telegrama recebido em Lisboa, sabe-se que o posto de rádiodifusão começa a funcionar em Macau em 14 do corrente, às segundas e sextas-feiras, do meio dia às 15 horas e meia.

☛ O Governo de Macau, propôs que as taxas telegráficas entrem em vigor ainda este mês.

### Timor

Por notícias de Timor deve visitar o porto de Dili, de 27 a 29 de Dezembro, o navio de guerra "Crimsay".

☛ Foi nomeado vice-presidente do Conselho do Governo desta colónia, o sr. João de Azevedo Marinho de Abreu.

☛ O Governador de Timor enviou ao sr. Ministro das Colónias, o seguinte telegrama: "Ao encerrar a reunião dos administradores de circunscrição, à qual assistiram os directores e chefes de serviço, sobressaiu o espírito de franco entendimento e integração dos princípios que regem o Estado Novo. Em meu nome e no de todos os assistentes, saúdo o Governo da Nação na ilustre pessoa de V. Ex.<sup>a</sup>, confiando Timor em que o plano de reorganização económica e política indígena, exposto pelo governador e aprovado plenamente venha a ter o alto patrocínio de V. Ex.<sup>a</sup>."

## BIBLIOGRAFIA

### «No Coração da Pátria» por Berta Leite

Os nossos leitores conhecem já a autora através dos contos que tem publicado na página literária de "Portugal Colonial".

Alguns figuram no volume agora publicado.

Podia este livro chamar-se também "A Fé e o Império". É da primeira à última página uma manifestação ardente de patriotismo — daquele patriotismo sadio e puro, exaltado e místico que raras almas têm a virtude de alcançar.

A Sr.<sup>a</sup> D. Berta Leite saltando elegantemente sobre certas predileções literárias do nosso tempo, alheada das fórmulas da moda, escolheu e tratou assuntos eternos com a forma, o calor e a paixão que mais lhes convinha.

Este livro devia ser distribuído nas escolas. É necessário a todas as almas portuguesas em formação. E Portugal tem a este respeito uma literatura tão pobre e tão distante da mocidade escolar, que esta doce catequese que se evola das páginas de "No Coração da Pátria", encontraria no espírito dos moços a melhor e mais oportuna aplicação.

Edição bem apresentada com a capa ilustrada com muita felicidade por José Leite.

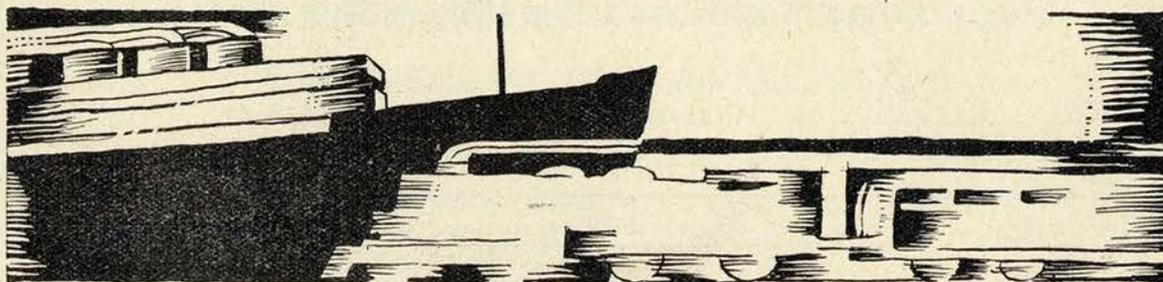
## MOÇAMBIQUE

Distrito de Lourenço  
Marques



Ponte de estrada, com  
122 metros de vão,  
sobre o rio Masata

ÊSTE NÚMERO FOI VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA



# ESTATÍSTICA

## Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1931	1932	1933	1934			1935				
	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Agosto	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
LISBOA (cidade) .....	1.302	1.635	1.304	1.303	1.382	1.526	1.323	1.261	1.342	1.209	1.312

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929 15 de Janeiro	1935 15 de Agosto
Cacau fino .....	15 quilogr.	77\$00	37\$00
Cacau paiol .....	»	62\$00	—
Cacau escolha .....	»	36\$00	18\$50
Café de S. Tomé, fino .....	»	(b) 210\$00	115\$00
Café de Novo Redondo .....	»	124\$00	51\$00
Café de Ambriz .....	»	123\$00	45\$00
Café de Encoje .....	»	116\$00	43\$50
Café do Cazengo (de 2. <sup>a</sup> ) .....	»	120\$00	42\$00
Coconote .....	»	33\$00	14\$50
Copra .....	»	42\$00	17\$00
Óleo de palma, mole .....	»	45\$00	(d) 30\$00
Rícino .....	»	27\$00	15\$00
Gergelim .....	»	34\$00	18\$00
Algodão .....	Quilog.	10\$00	6\$00
Cera .....	»	16\$00	9\$80
Cola .....	»	6\$00	(e) 1\$50
Açúcar, rama .....	»	(c) 1\$70	(e) —
Milho .....	»	\$94	\$52
Coiros .....	»	15\$00	5\$00

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Em tambores — (e) Não foi negociado.

## Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 30 de Julho de 1935

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede) . . . .	568.024	6.205.604	—	—	5.254.390	2.241.536
Banco N. Ultramarino (Sede)	11.987.270	4.395.144	185.181.864	102.561.983	153.503.481	132.171.720

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Janeiro-Julho de 1935

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1935	1935	1935	1935
	Julho	Janeiro a Julho	Julho	Janeiro a Julho
<b>Reexportação :</b>				
Cacau . . . . .	1.031.484	4.903.815	2.579.072\$00	11.744.982\$00
Café . . . . .	532.353	1.832.714	1.270.609\$00	5.727.132\$00
Cera . . . . .	74.062	422.260	709.676\$00	3.901.479\$00
Outras mercadorias . . . . .	3.673.870	5.816.170	1.998.466\$00	4.677.657\$00
Total . . . . .	<u>5.311.769</u>	<u>12.974.959</u>	<u>6.557.823\$00</u>	<u>26.051.250\$00</u>
<b>Trânsito internacional :</b>				
Cacau . . . . .	—	16.650	—	—
Café . . . . .	48.800	1.632.203	144.300\$00	5.900.820\$00
Cera . . . . .	11.187	52.923	87.200\$00	470.000\$00
Óleos de palma e côco . . . . .	—	263.036	—	222.406\$00
Outras mercadorias . . . . .	—	5.639.392	—	4.254.680\$00
Total . . . . .	<u>59.987</u>	<u>7.604.204</u>	<u>231.500\$00</u>	<u>10.847.906\$00</u>

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas de: Janeiro a Agosto de 1935

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
<b>Importadas das Colónias :</b>						
Arroz.....	674.036	—	4.089.241	—	—	—
Açúcar.....	18.134.015	—	—	24.149.764	—	—
Café.....	2.671.632	37.049	—	571	117.580	49.618
Trigo em grão.....	—	—	—	—	—	—
Peles em bruto.....	401.573	—	73.236	83.175	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado.....	566.212	—	—	1.051.979	—	—
Sementes oleaginosas.....	3.715.221	798.947	9.822.627	383.619	3.246.996	—
Milho.....	—	—	—	—	—	—
<b>Exportadas para as Colónias :</b>						
Vinhos do Pôrto (decalitros).....	4.178	162	458	8.023	306	1.749
» da Madeira (decalitros).....	—	—	—	—	—	—
» comuns tintos (decalitros).....	384.056	12.987	40.454	302.816	28.483	16.304
» » brancos (decalitros).....	95.496	2.826	6.837	238.777	3.476	1.169
» licorosos (decalitros).....	3.899	670	126	810	—	8.933
Conservas de vegetais..... quilo	86.033	2.391	13.763	6.792	116.038	12.833
Sardinhas em salmoura.....	1.088	—	—	—	123	—
Conservas de sardinha.....	22.486	686	5.862	86.202	4.034	4.111
Conservas de peixe não especificado.....	1.736	—	—	13.109	—	—
Cortiça em rolhas.....	466	86	—	921	6	—

Do Boletim da D. G. E.

## Acções de Companhias Coloniais

1935		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		30 de Junho		15 de Julho	
						C.	V.	C.	V.
123\$00	83\$00	11-6-1935	1934	L. 5\$00	Agrícola das Neves.....	94\$00	—	90\$00	97\$00
104\$00	80\$00	1-4-1935	1934	L. 4\$00	Agricultura Colonial (Soc.).....	83\$00	86\$00	83\$00	—
530\$00	375\$00	12-3-1935	1934	L. 20\$00	Açúcar de Angola.....	504\$50	505\$00	502\$00	505\$00
55\$00	32\$00	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 <sup>2</sup> / <sub>5</sub>	Boror.....	30\$00	—	—	—
21\$00	11\$00		1927		Cabinda.....	11\$00	13\$00	13\$00	—
49\$50	33\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150.000 1. <sup>a</sup> Em. ....	33\$50	34\$50	33\$50	34\$00
46\$00	34\$00	11-7-1929		£ 0-0-0,6	Buzi—de 150.001 a 300.000 2. <sup>a</sup> Em. ....	31\$00	—	—	—
20\$00	13\$00	1-4-1929	1927	L. 10\$00	Colonial de Navegação.....	15\$00	22\$00	10\$00	—
190\$00	131\$00	22-4-1935	1934	L. 9\$00	Ilha do Príncipe.....	155\$00	160\$00	155\$00	157\$00
12\$00	9\$60	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25.....	9\$40	10\$50	9\$40	9\$90

# Companhia de Moçambique

Território de Manica e Sofala

## ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

Os terrenos desta região prestam-se às mais variadas culturas agrícolas, especialmente de cana de açúcar, de milho, de citráceas, de oleaginosas e sisal.

*O pôrto da Beira magnificamente apetrechado, está ligado por vias férreas com a Rodésia e com a Nyassaland.*

### PARA INFORMAÇÕES

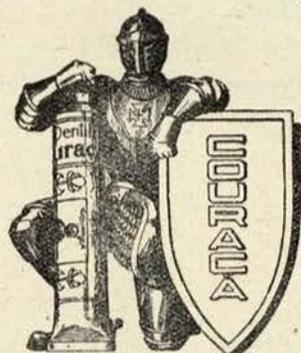
EM LISBOA:

Largo da Biblioteca Pública, 10

NA BEIRA:

Secretaria Geral do Governo do Território

## PASTA COURAÇA



MELHOR PARA OS DENTES

## RIPOLIN



Rua dos Douradores, 159-1.º E.  
LISBOA

# FABRICA DE PAPEL DA ABELHEIRA

TOJAL — LOURES

*PAPEIS de escrever — para livros comerciais — imitações de "Couché" — de impressão — de côres para capas — affiches — manilhas — de embrulho "KRAFT" — etc., etc.*

*SACOS de papel "KRAFT" para embalagem de cimento, cal, adubos, farinha, etc., etc.*

DEPOSITÁRIOS GERAIS:

**GUILHERME GRAHAM J.<sup>OR</sup> & C.<sup>A</sup>**

Rua da Alfândega, 156-158 — LISBOA  
Rua dos Clérigos, 6 — PORTO

# COMPANHIA AGRÍCOLA DAS NEVES

SEDE — Rua do Comércio, 7, 2.º — LISBOA  
== Telefone 2 3959 ==

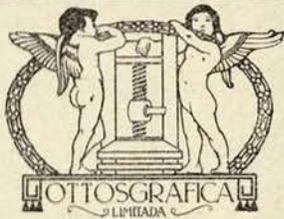
EXPLORAÇÃO DAS SUAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS EM S. TOMÉ, PONTA FIGO E GENEROSA.

PRODUTOS

CACAU, CAFÉ, COCONOTE, COPRA, RICINO E ÓLEO DE PALMA.

**O T T O S G R A F I C A** TRABALHOS TIPOGRÁFICOS EM TODOS OS GÊNEROS ENCADERNAÇÕES SIMPLIS E DE LUXO

Telefone: 23775



Enviam-se orçamentos grátis

**A LIMITADA - Conde Barão, 50**

# COMPANHIA DO ASSÚCAR DE ANGOLA

SÉDE — PRACA DO MUNICÍPIO, 32, 1.º — LISBOA

## ASSÚCAR OLEAGINOSAS

Grande Prémio na Exposição Colonial do Pôrto

ADMINISTRAÇÕES EM ANGOLA

**LUANDA**  
**ALTO DANDE**

**BENGELA**  
**DOMBE GRANDE**

# "Portugal Colonial," SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

**N**O INTUITO DE SERVIR OS SEUS LEITORES DAS COLÓNIAS, A ADMINISTRAÇÃO DA "PORTUGAL COLONIAL," ACABA DE ORGANIZAR UM SERVIÇO DE INFORMAÇÕES QUE DO-RAVANTE FICA À SUA DISPOSIÇÃO.

**N**ÃO COMPRE POR CATÁLOGOS. O VENDEDOR SÓ TEM UM INTERESSE — *VENDER* — EMBORA NEM SEMPRE O QUE MAIS CONVÉM AO CLIENTE. DIGA-NOS O QUE DESEJA E INFORMÁ-LO-EMOS CRITERIOSAMENTE.

**T**ODA A GENTE QUE VIVE NO ULTRAMAR TEM UMA COMPRA, UMA VENDA OU QUALQUER OUTRA TRANSACÇÃO OU DILIGÊNCIA A REALIZAR EM LISBOA. UTILIZE O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES E FICARÁ SATISFEITO.

**N**ÃO INCOMODE OS SEUS AMIGOS DA METRÓPOLE COM PEDIDOS QUE NÓS PODEREMOS SATISFAZER MELHOR DO QUE ELES. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESCOLHERÁ A SEU CONTENTO O QUE DESEJA.

**S**E QUERE SABER PREÇOS E QUALIDADES DO QUE SE VENDE OU SE COMPRA EM LISBOA, SE QUERE ORÇAMENTOS OU ESTIMATIVAS, ESCREVA-NOS. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESTÁ APTO A RESPONDER-LHE.

**T**UDO O QUE EXIJA CRITÉRIO NA ESCOLHA — MAQUINISMOS, FERRAMENTAL, PRODUTOS, MATÉRIAS PRIMAS, ETC. — O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES PODERÁ ESCOLHER EM SEU LUGAR. DIGA-NOS COM PRECISÃO O QUE DESEJA.

**S**E PRETENDE VENDER, PODEREMOS AUXILIÁ-LO NA VENDA. TALVEZ ENCONTREMOS O COMPRADOR QUE LHE CONVÉM, POIS TRABALHAREMOS PARA O CONSEGUIR. DIRIJA-SE AO NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES.

**P**ARA A EXPANSÃO DA "PORTUGAL COLONIAL," O NOSSO INTERESSE É SERVIR COM METICULOSIDADE E ISEMPÇÃO OS SEUS LEITORES. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES QUERE SER O SEU AGENTE DE CONFIANÇA.

**T**ODOS OS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES SOBRE A PRAÇA DE LISBOA DEVEM VIR ACOMPANHADOS DA IMPORTÂNCIA DE ESC. 6300 OU SEU EQUIVALENTE EM MOEDA LOCAL, PARA DESPESAS DE EXPEDIENTE, E SER DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO DA REVISTA "PORTUGAL COLONIAL," — RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º, LISBOA — TELEFONE 2 4253 — TELEGRAMAS "MINERVA,".

